

**GUSTAVO ALEXANDRE DUDA MATTANA**

**O QUADRO DA POBREZA NO PARANÁ RECENTE:  
UMA ABORDAGEM PLURAL**

Monografia apresentada como requisito  
parcial à conclusão do Curso de  
Ciências Econômicas, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas,  
Universidade Federal do Paraná

Orientador: **Prof. Dr. Maurício Serra**

**CURITIBA**

**2008**

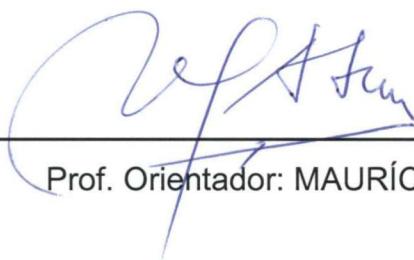
## FOLHA DE APROVAÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, com título "O QUADRO DA POBREZA NO PARANÁ RECENTE: UMA ABORDAGEM PLURAL" de autoria de GUSTAVO ALEXANDRE DUDA MATTANA foi apresentado e defendido em banca na data de 20/11/2008 e foi aprovado com a nota 9,5.



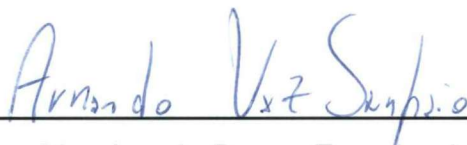
---

Aluno: GUSTAVO ALEXANDRE DUDA MATTANA



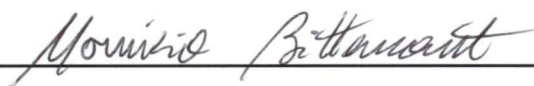
---

Prof. Orientador: MAURÍCIO AGUIAR SERRA



---

Membro da Banca Examinadora: ARMANDO VAZ SAMPAIO



---

Membro da Banca Examinadora: MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer as todas as pessoas que de um modo ou de outro, durante meu período como graduando na Universidade Federal do Paraná, influenciaram a minha compreensão a respeito das características da sociedade onde vivo. Em especial a minha família, a meus mestres e professores, que exerceram de modo mais direto e intencional esse papel tão nobre que é auxiliar o próximo na tarefa complexa de entender a sociedade onde se vive, bem como na de entender a si mesmo dentro desse contexto.

## RESUMO

Revelar de forma clara o quadro da pobreza de uma determinada região implica no uso de diferentes abordagens metodológicas em relação ao tema, uma vez que existem várias formas de se conceitualizar e mensurar a pobreza. Portanto, compreender de maneira consistente a pobreza, no contexto paranaense mais recente, vai além da observação de um indicador isolado, sob o risco de se obter um entendimento apenas parcial, que não reflita, de maneira satisfatória, a intensidade de privação incidente na Estado: a abordagem deve ser plural.

Neste sentido, através do uso conjunto de diferentes abordagens metodológicas de mensuração, identificou-se que incidem elevados níveis de pobreza no Paraná, sendo que cabe ressaltar dois fatos mais relevantes. Em primeiro lugar o fato de que a Pobreza no Paraná se distribui assimetricamente, sendo mais intensa em mesorregiões específicas do Estado. Em segundo lugar, o estudo da correlação existente entre os indicadores utilizados aponta que, apesar de existirem convergências entre seus resultados, não necessariamente estes convergem entre si, sendo que a adoção do uso conjunto de diferentes óticas de mensuração da pobreza deve ser prezado.



## **ABSTRACT**

Revealing in a objective way the general picture of the poverty of certain region demands the use of multiple methodolgies, since there are multiple ways to define and measure what poverty is. In this way, understanding the actual poverty characteristics of Paraná goes beyond observing a single indicator, since it can lead only to a partial view, which does not reveal at ali, in a meaningful way, the intensity of the privation of the State: the approach must be plural.

By using diferent methodologies of measurement together, it has become clear that there is a elevated levei of poverty in the state of Paraná, being two aspects of this fact more relevant. First of ali, the fact that the poverty is assimetricaly spreaded, being more severe in especific regions of the state. In second place, the study of the correlations between the indicators used reveals that, even existing convergences amog then, not necesserely their results converge, showing that the adoption of multiple approaches to measurement of the poverty must be encouraged.

## LISTA DE SIGLAS

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPC – International Poverty Center

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

LP – Linhas de Pobreza

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPH – Índice de Pobreza Humana

IPHM – Índice de Pobreza Humana Municipal

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	11
<b>2.1. A CONCEITUALIZAÇÃO DA POBREZA</b> .....	11
2.1.1. Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa .....	12
<b>2.2. A MENSURAÇÃO DA POBREZA</b> .....	13
2.2.1. A Renda como <i>proxy</i> da pobreza.....	14
2.2.1.1. Linhas de Pobreza .....	14
2.2.1.2. Medidas de desigualdade de renda .....	15
2.2.2. Pobreza e Necessidades Básicas.....	17
2.2.2.1.1 O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	17
2.2.2.2.1. O Índice de Pobreza Humana – IPH-1 e IPH-2.....	20
2.2.2.2.2. O Índice de Pobreza Humana Municipal – IPH-M.....	22
<b>2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES</b> .....	23
<b>3. A POBREZA NO PARANÁ</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ</b> .....	25
3.1.1 Mesorregião Noroeste .....	26
3.1.2. Mesorregião Centro-Occidental .....	29
3.1.3. Mesorregião Norte .....	33
3.1.4. Mesorregião do Norte Pioneiro .....	36
3.1.5. Mesorregião Centro-Occidental.....	39
3.1.6. Mesorregião Oeste .....	42
3.1.7. Mesorregião Sudoeste.....	46
3.1.8. Mesorregião Centro-Sul.....	49
3.1.9. Mesorregião Sudeste.....	53
3.1.10. Mesorregião Metropolitana de Curitiba .....	55
<b>3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES</b> .....	58
<b>4. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE OS INDICADORES DE POBREZA NO PARANÁ</b> .....	<b>60</b>
4.1. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE AS LINHAS DE POBREZA NO PARANÁ .....	60
4.2. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O ÍNDICE DE GINI NO PARANÁ .....	61
4.3. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O IDHM NO PARANÁ.....	63

<u>4.4. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O IPHM NO PARANÁ</u> .....	64
<u>4.5. NÍVEIS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS INDICADORES</u>	65
<u>4.6. BREVES CONSIDERAÇÕES</u> .....	67
<b><u>5. CONCLUSÃO</u></b> .....	<b>69</b>
<b><u>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b> .....	<b>71</b>
<b><u>7. ANEXOS</u></b> .....	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O alto grau de incidência da pobreza no Brasil, destaca-se como um dos mais graves problemas sociais do país. Conforme aponta o IPEADATA (2007), em 2005, o percentual de pessoas, com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza, era de 30,69%, ou seja, a pobreza, neste ano, atingia mais de 55 milhões brasileiros.

Dentro deste contexto, o Paraná era o pior dentre os estados da região Sul, sendo que 22% de sua população encontrava-se em situação de pobreza, segundo a ótica de mensuração através da renda, frente a 10% e 21% nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente, (IPEADATA, 2007).

É fato, porém, que o uso exclusivo do nível de renda como indicador da incidência da pobreza é questionável, uma vez que este não reflete de modo satisfatório toda a complexidade inerente ao fenômeno. Compreender a pobreza paranense apenas através desta abordagem metodológica implica em um entendimento parcial, uma vez que a privação de necessidades engloba muitas dimensões além da privação da renda, tais como: privação de educação, de saneamento, de habitação, de igualdade de oportunidades, de representatividade social etc.

Ou seja, revelar de forma clara a incidência da pobreza, em uma determinada região, implica no uso de diferentes abordagens metodológicas em relação ao tema. Portanto, compreender, de maneira consistente, o grau de incidência do fenômeno da pobreza, no contexto paranaense mais recente, vai além da observação de um dado isolado. É necessário que se confronte diferentes abordagens metodológicas de mensuração, bem como que exista complementariedade no uso de seus indicadores.

Este trabalho tem como objetivo revelar o quadro atual da pobreza no Paraná, apontando a incidência do fenômeno nas regiões do Estado sob diferentes óticas de mensuração, através de seus respectivos indicadores, bem como analisar as convergências e divergências entre estes resultados.

Para tanto, o Capítulo 2 está reservado para apresentação do referencial teórico, que explicitará a conceituação da pobreza, demonstrando a amplitude deste conceito e a conseqüente quantidade de possibilidades de se auferir os níveis de intensidade de privação de uma região através dos diferentes indicadores existentes. No Capítulo 3, através da sistematização de dados, juntamente com o auxílio de mapas temáticos, será realizada uma exposição da atual condição da

pobreza no Paraná, e suas mesorregiões. O Capítulo 4 está reservado para um aprofundamento da compreensão dos dados expostos no Capítulo 3, através de uma abordagem estatística sobre os resultados apresentados pelas diferentes óticas de mensuração, bem como irá explicitar as convergências e divergências existentes entre seus indicadores através da interpretação de seus níveis de correlação. Finalmente, o Capítulo 5 apresentará uma discussão conclusiva, realizando um apanhado geral a respeito das considerações obtidas no decorrer dos capítulos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Existem múltiplas maneiras de se conceitualizar a pobreza e, conseqüentemente, multiplas formas de mensurá-la. Neste sentido, esse capítulo está reservado para elucidar estes modos se entender e mensurar a intensidade deste fenômeno.

Ele será composto por dois itens: o primeiro item se ocupará do problema da conceitualização da pobreza, e elucidará as diferentes possibilidades de interpretação do fenômeno, tais como os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa; o segundo item fará referência às formas de mensuração da pobreza, e abordando os considerações sobre a pobreza segundo a ótica da Renda e segundo a ótica das Necessidades Básicas.

### 2.1. A CONCEITUALIZAÇÃO DA POBREZA

O estudo da pobreza encontra algumas dificuldades no campo teórico e conceitual, no sentido que se propõe a delimitar e compreender um fenômeno complexo, arraigado em uma teia de correlações.

Segundo ROCHA (2006) o marco histórico que delimita início dos estudos da pobreza, de maneira expressiva pela comunidade acadêmica, se deu na década de 1970. Uma vez que se tornou evidente, para a comunidade mundial, que os altos níveis de crescimento econômico atingidos nas décadas anteriores, não necessariamente equacionaram os problemas sociais dos países, aumentaram-se os esforços para a construção de um instrumental teórico, que tivesse como foco único, a compreensão do fenômeno da pobreza.

De maneira genérica, a pobreza é definida por ROCHA (2006a, p.10) como "... a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada". Por sua vez, SALAMA (1999) conceitua a pobreza como a não satisfação das necessidades básicas, considerando que o acesso a alguns bens é essencial, de modo que sem estes os cidadãos não seriam capazes de usufruírem de uma vida minimamente digna. Estas definições exprimem o grau da dificuldade em se estudar a pobreza, no sentido que, definir as necessidades de forma precisa, é uma tarefa complexa, frente as diferenças existentes entre as pessoas.

O conjunto de necessidades de uma família de São Paulo, por exemplo, não reflete o conjunto de necessidades de uma família do sertão Nordestino. Mesmo dentro de um Estado, essas diferenças também são existentes. Encontram-se diferenças entre os padrões de necessidades de quem mora em Curitiba, em

relação às pessoas que moram no interior, ou no litoral do Paraná.

Nesse sentido, diferentes abordagens coexistem, baseadas em referenciais subjetivos, que levam em consideração a opinião da pessoa a ser classificada, e objetivos, que levam em consideração principalmente variáveis sócio-econômicas, como renda, habitação, escolaridade etc. (LOBO, 2005)

TOWNSEND (1962 apud ROCHA 2006a, p.12 ) resumiu o caráter relativo da pobreza: “Minha tese principal é que tanto pobreza com subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades”.

Por outro lado, LOK-DESSALIEN (1998 apud ROLIM et al. 2006) aponta que, até dentro de uma mesma concepção sobre a pobreza existirão diferentes enfoques para a construção de indicadores.

Numa síntese dessa discussão o PNUD (1997) caracteriza a pobreza como a negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade, e assume assim seu caráter multidimensional, ao invés de unidimensional.

### 2.1.1. Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa

Uma vez que existe uma dificuldade em relação à conceituação objetiva da pobreza, o detalhamento acadêmico exige que se busque ser mais específico na direção de defini-la de maneira mais satisfatória. Nesse sentido, as discussões conceituais existentes se dão em torno das definições a respeito do que seriam pobreza absoluta e pobreza relativa.

ROCHA (2006a, p.11) aponta duas possíveis definições conceitos de pobreza, a absoluta e a relativa:

“Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos relativamente pobres em sociedades onde o mínimos vital já é garantido a todos.”



O conceito de pobreza absoluta, portanto, está mais ligado ao não suprimento adequado das necessidades absolutamente essenciais a sobrevivência física. Em documento aberto, resultado do WORLD SUMMIT FOR SOCIAL DEVELOPMENT, organizado pela ONU, ocorrido em 1995 em Copenhague, Dinamarca, - documento que ficou sendo conhecido como Declaração de Copenhague – a pobreza absoluta foi definida como a condição caracterizada por severa privação das necessidades básicas humanas que incluem acesso a comida, água tratada, saneamento, saúde, abrigo, educação e informação. (LOBO, 2005)

Por sua vez, o conceito de pobreza relativa está mais ligado a identificação do não suprimento adequado de necessidades que surgem dentro contexto social específico, onde o mínimo vital já é garantido, e que não possuem um caráter universal e sim relativo. Portanto, os pobres relativos seriam aquele que se situam nos estratos mais inferiores da distribuição de renda em comparação com os membros mais abastados nessa distribuição. (ROMÃO, 1993)

Pode-se então, em linhas gerais, caracterizar os pobres, segundo o ponto de vista relativo, como os pertencentes a uma parcela inferior de acordo como algum critério de mensuração vigente em relação aos demais integrantes da amostra de uma delimitada região. Já do ponto de vista absoluto, são classificados como pobres os integrantes de uma de uma delimitada região que não possuem as necessidades básicas supridas de maneira satisfatória, sendo que, de modo geral, essa verificação se dá através do estabelecimento de linhas de pobreza, conceito a ser exposto mais adiante.

## 2.2. A MENSURAÇÃO DA POBREZA

Na medida em que se encontram diferentes maneiras de conceituar a pobreza, bem como não se identifica a existência de definições aceitas universalmente ou livres de controvérsia, esta mesma característica também será pertinente aos métodos mensuração de sua incidência. Uma vez que estes estão atrelados as múltiplas existentes formas de definição da pobreza, também apresentam multiplicidade de definições e de metodologias.

Tais características de multiplicidade de conceituação, e de definição, não devem ser tomadas por obstáculos no trato da questão, uma vez que essa variedade advém do fato da inerente complexidade do fenômeno social da pobreza, que apesar de guardar características essenciais comuns, manifesta-se de maneira

singular em cada contexto. Neste sentido, LADERCHI (2006) sustenta que a mensuração da pobreza, tanto quanto sua conceituação, possui importantes implicações no processo de identificação dos pobres – *targeting* - e no decorrente processo de formulação de políticas públicas de combate à pobreza.

O processo de *targeting* da pobreza possui importantes implicações no sentido que pode haver uma considerável falta de consenso entre diferentes abordagens, ou seja, identificar incidência de pobreza de acordo como uma abordagem pode implicar em sérios erros em relação a uma outra abordagem de mensuração. Já no âmbito de formulação das políticas públicas o uso de diferentes abordagens possui implicações no sentido que, uma abordagem que privilegia o aspecto renda sugere um foco no aumento da renda da população enquanto uma abordagem que privilegia o suprimento das necessidades básicas atrai o foco de ação à provisão de bens e serviços públicos. (LADERCHI, 2006)

As abordagens de mensuração atuais, usualmente utilizadas pelos pesquisadores da pobreza, podem ser resumidas em dois grandes grupos: o da Renda e o das Necessidades Básicas

### 2.2.1. A Renda como *proxy* da pobreza

A suposição básica referente à ótica de mensuração da pobreza através da renda atesta que o volume de recursos monetários de uma pessoa está diretamente correlacionado com seu nível de bem-estar. Ou seja, essa abordagem apóia-se no axioma de que existe uma correlação direta, inequívoca, entre os níveis de renda, os de qualidade de vida e os de pobreza.

Uma vez que as necessidades das pessoas acabam sendo atendidas através de trocas mercantis, a mensuração dos níveis de pobreza é auferida via níveis de renda. Nesse sentido, trata-se de estabelecer valores monetários associados ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (ROCHA, 2006)

#### 2.2.1.1. Linhas de Pobreza

A linha de pobreza foi a primeira ferramenta metodológica construída com o intuito de auferir para auferir os níveis de incidência de pobreza. Seu uso pioneiro remete de Rowntree (1901) em seu estudo a respeito da pobreza incidente em York, Inglaterra. (Rocha, 2006)

Para se operacionalizar este conceito, primeiramente, calculam-se os níveis

de renda dos habitantes da região a ser analisada. É comum se encontrar, também, referências aos níveis de renda relacionados as famílias inteiras, por entender-se que estas são uma unidade solidária.

Após encontrar-se os diferentes níveis de renda da população, estipula-se um patamar que contemple o valor de uma série de itens que garantam as pessoas um nível de vida razoável, baseado em pesquisas de perfil de consumo. Portanto, as pessoas, ou famílias, que não alcançam o nível de renda, estabelecido em um determinado patamar, são classificadas como pobres. Convenciona-se chamar este patamar de renda de Linha de Pobreza.

No Brasil tem sido relativamente comum a utilização de múltiplos de salário mínimo como Linhas de Pobreza, mas existe consenso de que, havendo disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias, esta é a fonte mais adequada para o estabelecimento de linhas de pobreza. (ROCHA, 2000).

Através dessa abordagem, pode-se também inferir as linhas de indigência ou pobreza extrema, cujos valores dizem respeito apenas as necessidades básicas alimentares. (ROCHA, 2006)

No entanto esta abordagem possui uma limitação no que diz respeito a incorporação de aspectos relativos às diferentes necessidades presentes em diferentes contextos sociais, acarretando na impossibilidade de se estabelecer uma linha universal de pobreza. Talvez o maior exemplo dessa limitação, que é um recorrente alvo de críticas pela literatura a respeito da pobreza, é a tentativa, por parte do Banco Mundial, do estabelecimento de uma linhas de Pobreza de 1 dólar norte-americano por dia, para fins de comparação internacional.<sup>1</sup>

#### 2.2.1.2. Medidas de desigualdade de renda

ROCHA (2006) sugere uma tipologia em relação à mensuração da pobreza que divide os países em três grandes grupos: países com renda nacional insuficiente, onde predomina a incidência de pobreza absoluta; países desenvolvidos, onde a renda nacional é alta, bem como a renda *per capita* e existe uma distribuição de renda satisfatória, predominando assim o conceito de pobreza relativa; e países que se situam em uma posição intermediária entre estes dois extremos.

No caso, os países pertencentes ao terceiro grupo apresentam índices de renda nacional e de renda per capita mais do que suficientes para garantir o mínimo

essencial a todos de modo que a persistência da pobreza se deve a má distribuição dos rendimentos. (ROCHA, 2006)

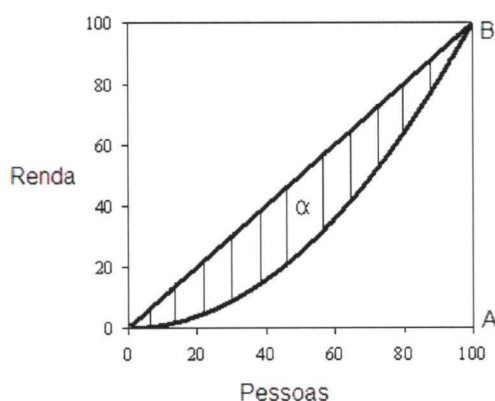
Portanto, no âmbito das abordagens de mensuração da pobreza segundo à ótica da renda, não se pode descartar o uso de ferramentas referentes à análise das condições de distribuição da renda, uma vez que a incidências dos níveis de concentração dos rendimentos guarda forte correlação com os níveis de incidência de pobreza. Apesar de diretamente não expressarem os níveis de pobreza, tais ferramentas são tradicionalmente usadas de modo complementar a demais indicadores.

Em especial, no caso Brasileiro, as ferramentas de análise da distribuição e concentração de renda demonstram-se essenciais a tarefa de compreensão dos quadros da pobreza incidentes no país, uma vez que no Brasil, historicamente, coexistem altos níveis de renda *per capita* juntamente com altos níveis de pobreza.

Uma ferramenta que se destaca na compreensão do panorama da pobreza, no que diz respeito aos níveis de concentração e de desigualdades na distribuição dos recursos, é o Índice de Gini. Trata-se de um índice de desigualdade e é associado à chamada Curva de Lorenz.

A Curva de Lorenz é definida pelo conjunto de pontos que, à partir das rendas ordenadas de crescente, relacionam a proporção acumulada de pessoas e a proporção acumulada da renda. (ROCHA 2006a, p. 27)

**Figura 1: Curva de Lorenz**



FONTE: ROCHA (2006a, p 27)

O segmento 0B representa a Curva de Lorenz associada à uma situação teórica de desigualdade mínima, de modo que a distribuição da renda fosse perfeita.

<sup>1</sup> Consultar bibliografia A Dollar a Day, how much does it say?

A desigualdade máxima hipotética, correspondente com o triângulo OAB, ocorreria quando uma pessoa se apropriasse de toda a renda das demais pessoas.

Assim a Curva de Lorenz delimita a área de  $\alpha$  que, em teoria, varia de 0,0 (caso de perfeita igualdade) a 0,5 (caso de máxima desigualdade). O Índice de Gini é definido como o quociente entre, a área de desigualdade  $\alpha$  verificada, e seu valor teórico máximo de 0,5:  $Gini = \alpha / 0,5$ . Sendo assim, assume limites teóricos de 0 (nenhuma desigualdade) e máximo de 1 (desigualdade máxima). (ROCHA, 2006)

## 2.2.2. Pobreza e Necessidades Básicas

Segundo ROCHA (2006a, p.19): “As necessidades básicas são, sem dúvida, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas”. Porém, não se pode afirmar que estas se resumam às necessidades nutricionais, sendo que, o conceito de necessidades básicas leva em conta, também, necessidades de educação, habitação, saúde, vestuário etc. Nesse sentido, o conceito de necessidades básicas está sujeito a julgamentos de valor, associados à definição das necessidades elegidas como mais importantes em cada sociedade.

Essa abordagem se destaca por abandonar a renda como indicador chave, uma vez que entende que esta seja apenas um meio para aquisição de insumos e instrumentos, e que não necessariamente expressa resultados efetivos em termos de qualidade de vida. (LOBO, 2005)

A ótica das necessidades básicas dá ênfase ao caráter multi-dimensional da pobreza, e reconhece a inter-relação entre as diversas carências, evidenciando a complexidade da questão. Portanto, os instrumentos de mensuração da pobreza, segundo esta ótica, são evidentemente mais complexos.

### 2.2.2.1.1 O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O marco histórico em relação à da idéia central do que seria desenvolvimento se deu em 1990 com o lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD. Até então o senso comum era a noção de que crescimento era sinônimo absoluto de desenvolvimento humano. Neste documento foi expresso, pela primeira vez, oficialmente o conceito de desenvolvimento que pauta as ações da ONU até hoje:

“O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. Em princípio essas escolhas são infinitas e variam no tempo. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um

padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. .... a renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano.” (PNUD, 1990, p.10, apud ROLIM, 2006)

PNUD (1990, p.11) aponta que “essa definição mais ampla é capaz de abranger de maneira mais satisfatória a complexidade da vida humana”. Note-se que tal conceituação é condizente com a visão pertinente a mensuração da pobreza através da ótica das necessidades básicas uma vez que sua definição também contempla, da mesma maneira, uma abordagem mais ampla em relação as necessidades humanas. Com base neste conceito de desenvolvimento exposto no Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 1990, foi elaborado um indicador chamado Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

No que diz respeito ao relação entre pobreza e desenvolvimento, ROLIM (2006, p.514) mostra que “... desenvolvimento e a pobreza são fenômenos intimamente relacionados e que não se pode compreender um sem compreender o outro. Conseqüentemente, a elaboração de estratégias de desenvolvimento implica também na elaboração de estratégias de combate à pobreza. ... a estratégia de combate à pobreza confunde-se com a própria estratégia de desenvolvimento.” Portanto, muito embora o IDH não seja classificado pela literatura com um indicador de pobreza, identifica-se a pertinência da utilização deste indicador na construção de quadros de pobreza de uma determinada região.

O IDH é um indicador sintético, baseado em um média aritmética simples de três indicadores, relativos à aspectos fundamentais da condição de vida: longevidade (saúde), educação (conhecimento) e um padrão de vida decente (renda). O indicador de longevidade é medido pela esperança de vida ao nascer, o indicador de educação é composto é medido pelo nível de alfabetização de adultos com peso de 2/3 e a taxa combinada de matrículas nos níveis básico, médio e superior com peso de 1/3, e o indicador de padrão de vida que é medido pelo PIB per capita<sup>2</sup>. PNUD (1990, p.109)

FJP/IPEA (1998) descreve que esses indicadores são transformados em índices cujos valores variam entre zero e um, de tal forma que valores mais elevados indicam melhores condições de vida. Nesse processo são eleitos limites para o pior

---

<sup>2</sup> y é o PIB per capita ajustado PPC (Paridade de Poder de Compra).

e o melhor valor possível do indicador e com base no valor observado para o indicador e nos limites estabelecidos para ele, obtém-se o índice através da fórmula:

**Índice = (valor observado p/ o indicador - pior valor) / (melhor valor - pior valor)**

Os valores mínimos e máximos para cada um dos indicadores pertencentes ao IDH são os seguintes:

- a) esperança de vida ao nascer: 25 anos e 85 anos
- b) alfabetização de adultos: 0% e 100%
- c) taxa combinada de matrículas: 0% e 100%
- d) PIB real *per capita*: \$100 e \$40.000 (PPP\$)

Se por exemplo a expectativa de vida de uma determinada região for 73 anos o índice de longevidade desse país será:

$$(73-25)/(85-25)=0,8$$

A elaboração do índice de renda é mais complexa uma vez que leva em consideração a utilidade marginal da renda. É descrita pela seguinte fórmula:

$$R(y) = ( \log y - \log y_{\min} ) / ( \log y_{\max} - \log y_{\min} )$$

A partir desses três índices chega-se a formula do IDH, que é uma média aritmética simples dos três, onde L é o índice de expectativa de vida, E o índice de educação e R o índice da renda, tem-se que:

$$IDH = (L + E + R) / 3$$

O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países ou estados com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, os com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

#### 2.2.2.1.2. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é um índice sintético, baseado no IDH, elaborado no sentido de permitir a mensuração do nível de desenvolvimento humano na dimensão municipal. FJP/IPEA (1998) descreve que o IDH, inicialmente, foi idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) quanto do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária), o que certamente não oferece uma caracterização adequada

de um município. Nesse sentido, com exceção do Índice de longevidade, os demais índices componentes do IDH sofreram modificações metodológicas no sentido de se adaptar as realidades municipais.

Por exemplo, FJP/IPEA (1998) aponta que o uso da taxa de matrícula em nível municipal gera uma visão distorcida da posição relativa dos municípios. Isso ocorre pois grande parte das matrículas no ensino superior em alguns municípios não é absorvida por residentes permanentes no município, uma vez que o fenômeno da migração temporária, motivada pela busca de serviços educacionais eventualmente concentrados em alguns poucos municípios - como é o caso da educação superior - é recorrente. Nesse sentido o IDHM-E, ou seja, a dimensão Educação do IDH-M, é construído a partir da taxa de alfabetização e do número médio de anos de estudo da população adulta, caracterizando-se como uma metodologia mais apropriada ao nível municipal.

Já no que se refere à dimensão renda, o indicador tradicionalmente utilizado no cômputo do IDH se baseia no PIB *per capita*. No entanto, com o objetivo de melhor caracterizar as reais possibilidades de consumo da população local, o IDHM-R, ou seja, a dimensão Renda do IDH-M, é obtido através da renda familiar *per capita* do município.

Em relação a esses indicadores, são calculados os índices específicos, tal qual a metodologia seguida no IDH, variando de 0 a 1, de cada uma das três dimensões analisadas: o IDHM-E para educação, o IDHM-L para longevidade e o IDHM-R para a renda. O IDH-M de cada município é a média aritmética simples desses três sub-índices.

#### 2.2.2.2.1. O Índice de Pobreza Humana – IPH-1 e IPH-2

Atento as desvantagens do IDH para captar as questões distributivas relativas a cada um dos indicadores que o compõe, o próprio PNUD propôs, no seu Relatório de desenvolvimento humano de 1997 um novo índice sintético, denominado Índice de Pobreza Humana, o IPH, no sentido de agregar em um índice composto diferentes aspectos da privação da qualidade de vida permitindo um julgamento da extensão da pobreza em uma comunidade (PNUD, 1997)

Reconhecendo que a natureza das privações varia de acordo com os contextos social e econômico das comunidades, o IPH foi elaborado no sentido de ser sensível ao contexto social dos países. Por exemplo, problemas nos países em



desenvolvimento envolvem fome, analfabetismo, epidemias, falta de acesso a serviços de saneamento ou água tratada o que não são temas centrais nos países mais desenvolvidos onde a fome é rara, a alfabetização é quase universal, as epidemias são bem controladas e os serviços de saneamento e de água tratada são amplamente disponíveis. Portanto, não existe uma real possibilidade da construção de um índice que seja relevante em todos os diferentes tipos de países existentes. Nesse sentido o IPH é definido de forma diferente conforme se trate de países em desenvolvimento (IPH-1) e países industrializados (IPH-2).

O PNUD (1997) descreve que IPH-1 leva em consideração apenas aspectos sociais, diferindo-se das medidas convencionais de pobreza baseadas exclusivamente no rendimento. O IPH mede carências relacionadas a três dimensões da vida humana:

a) carência relacionada à sobrevivência: é representada no IPH pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos ( $P_1$ );

b) carência relacionada ao conhecimento: é medida pela porcentagem de adultos analfabetos ( $P_2$ );

c) carência relacionada ao padrão de vida ( $P_3$ ): é representada pela média simples de três variáveis: porcentagem de pessoas sem acesso a serviços de saúde ( $P_{31}$ ), porcentagem de pessoas sem acesso a água saudável ( $P_{32}$ ), e porcentagem de crianças desnutridas - abaixo de 5 anos ( $P_{33}$ ).

A fórmula de cálculo do Índice de Pobreza Humana, IPH-1 é dada por:

$$\text{IPH} = [1/3(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3)]^{1/3}$$

Na Tabela 1 são expostos dados referentes ao Egito e mais dois países hipotéticos, sendo que os dados referentes ao primeiro representam uma situação onde não há absolutamente pobreza e os dados referentes ao segundo ilustram uma situação onde há incidência total de pobreza.

**Tabela 1: Cálculo do IPH**

	P1 (%) de Pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos	P2 (%) de Adultos analfabetos	P31 (%) de Pessoas sem acesso a serviços de saúde	P32 (%) de Pessoas sem acesso a água saudável	P33 (%) de crianças desnutridas - abaixo de 5 anos	IPH
Egito	16,6	49,5	21,0	1,0	9,0	34,8
País miserável	100	100	100	100	100	100,00
País s/ miséria	0	0	0	0	0	0

Fonte: (ROLIM, 2006)

$$P_3 = 21 + 1 + 9 / 3 = 10,33$$

$$\text{IPH-1} = [1/3(16,6^3 + 49,5^3 + 10,33^3)]^{1/3}$$

$$\text{IPH-1} = 34,8$$

ROLIM (2006) demonstrou os cálculos para o caso de um país totalmente carente, o qual chamou “miserável”, onde toda a população tivesse uma expectativa de vida inferior a 40 anos, todos os adultos fossem analfabetos, ninguém tivesse acesso à saúde e água potável e todas as crianças abaixo de 5 anos fossem desnutridas,

$$P3 = 100 + 100 + 100 / 3 = 100$$

$$\text{IPH-1} = [1/3(100^3 + 100^3 + 100^3)]^{1/3}$$

$$\text{IPH-1} = 100$$

Em seguida em um país “sem miséria”:

$$P3 = 0 + 0 + 0/3 = 0$$

$$\text{IPH-1} = [1/3(0^3 + 0^3 + 0^3)]^{1/3}$$

$$\text{IPH-1} = 0$$

Essas duas situações hipotéticas delimitam os valores extremos do índice, que varia de 0 (ausência de pobreza) a 100 (pobreza totalmente incidente).

No caso do IPH-2<sup>3</sup>, além dos componentes de esperança de vida e alfabetização, outros dois indicadores entram no cálculo. Um deles é a proporção de pobres, sendo pobres definidos como aqueles cuja renda mediana se situe abaixo de 50% da renda mediana do país. O outro indicador diz respeito a exclusão social, utilizando a taxa de desemprego de mais de 12 meses como referência. (PNUD, 1997).

#### 2.2.2.2.2. O Índice de Pobreza Humana Municipal – IPH-M

O Índice de Pobreza Humana Municipal, IPH-M, é um indicador adaptado por ROLIM<sup>4</sup>, a partir do IPH, proposto pelo PNUD em 1997, no sentido de adequá-lo as estatísticas regionais disponíveis para os municípios brasileiros. Tal qual foi feito com o IDH, ROLIM construiu um índice semelhante ao IPH para os municípios brasileiros, realizando algumas adaptações aos dados disponíveis.

ROLIM (2006) destaca que as adaptações feitas para o contexto brasileiro visam se adequar aos dados disponíveis referentes ao último censo demográfico, compilados no Atlas de Desenvolvimento Humano. Elas são as seguintes:

<sup>3</sup> Uma vez que o IPH-2 não é adequado ao caso brasileiro a metodologia de sua composição foi exposta de maneira geral propositalmente. Para mais detalhes a cerca da metodologia de composição do IPH-2 consultar PNUD (1997)

<sup>4</sup> Para maiores detalhes consultar bibliografia ROLIM (2005) e ROLIM (2006)

a) carência relacionada à longevidade ou à sobrevivência: é representada no IPH pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos e no contexto municipal por:

**(P<sub>1</sub>) = (100 – probabilidade de sobrevivência até 40 anos) = Probabilidade de morrer antes dos 40 anos.**

Este é um artifício para adaptar a base de dados municipais à formulação do índice e pode ser considerado equivalente ao percentual de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos.

b) carência relacionada ao conhecimento: é medida no IPH pela porcentagem de adultos analfabetos. No contexto municipal é medida por:

**(P<sub>2</sub>) = % de pessoas maiores de 25 anos analfabetas;**

c) carência relacionada ao padrão de vida: é representada pela composição de duas variáveis:

**(P<sub>3</sub>): pessoas sem acesso a água saudável e crianças desnutridas abaixo de 5 anos de idade.**

No contexto municipal brasileiro foi utilizado:

**P<sub>31</sub> = % de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada;**

**P<sub>32</sub> = mortalidade infantil até 5 anos.**

A mortalidade infantil até 5 anos funciona como *proxy* para o percentual de crianças desnutridas abaixo de 5 anos. O dado disponível no nível municipal é a taxa de mortalidade infantil. O artifício utilizado para torná-la compatível com os demais indicadores foi considerar a taxa em relação a 100 ao invés da forma tradicional de considerá-la em relação a mil. (ROLIM, 2006)

A fórmula proposta por ROLIM (2006) para o cálculo do IPH-M é a mesma do IPH e, da mesma forma, o índice varia entre 0 e 100. O autor também afirma que o índice mantém as principais propriedades do IPH e, tal como ele, pode ser visto como uma *proxy* do índice de incidência de pobreza nos municípios.

### 2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo foi exposta a complexidade da tarefa de conceituação da Pobreza. Foi demonstrado como a Pobreza é um fenômeno complexo e arraigado em uma ampla teia de correlações, sendo que apesar de guardar características essenciais comuns, manifesta-se de maneira singular em cada contexto. Também foi exposta a importância do processo de conceituação uma vez que este possui

importantes implicações no processo de identificação dos pobres – *targeting* - e no decorrente processo de formulação de políticas públicas de combate à pobreza. Cada uma das óticas de mensuração apresentadas – renda e necessidades básicas- possui suas virtudes e defeitos sendo que neste sentido o uso complementar entre seus indicadores deve ser prezado. E, muito embora dentro dessas abordagens existam indicadores que não reflitam diretamente algum nível de privação, tal como o Índice de Gini, no caso da ótica da renda, ou o IDHM, no caso das necessidades básicas, a utilização destes, em conjunto com demais indicadores, tais como as Linhas de Pobreza e o IPHM, permite a construção de quadros de pobreza mais detalhados e precisos. Abordar a questão da pobreza dessa maneira também inibe compreensões parciais que possam surgir em virtude da interpretação de um indicador de modo isolado, uma vez que os resultados dos indicadores pertencentes a diferentes abordagens não necessariamente convergem entre si.

Com base nessas considerações, no capítulo a seguir, através da sistematização e interpretação de dados provenientes de diferentes fontes, será realizada uma exposição da atual situação do Paraná em termos dos indicadores acima mencionados.

### 3. A POBREZA NO PARANÁ

No capítulo anterior foram demonstrados as diferentes formas de se conceitualizar e mensurar, sob diferentes óticas, a pobreza em um determinada região. Com o intuito de revelar o quadro da pobreza incidente no Paraná, esta seção está reservada para apresentação sistemática dos indicadores relacionados a pobreza apontados no referencial teórico, bem como demais informações pertinentes – demografia, produto etc – e dados que venham a contribuir para a compreensão da situação das regiões do Estado em termos de pobreza incidente.

Na seção a seguir, após uma breve introdução as principais características sócioeconômicas do Estado, será realizada uma análise dos resultados, em nível mesorregional, dos indicadores Linhas de Pobreza, Índice de Gini, IDHM e IPHM coletados no software ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO do PNUD (2003).

#### 3.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ

O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 199.880 km<sup>2</sup>. Sua capital é Curitiba, e dentre outras importantes cidades com expressão no Estado encontramos Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá.

A população do Paraná é formada por descendentes de várias etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses, e por imigrantes procedentes, em sua maioria, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Segundo dados do IPARDES o Paraná contava com uma densidade demográfica 51,45 habitantes por .km<sup>2</sup> em 2007.

O Estado conta com 399 municípios divididos em 10 mesorregiões e 39 microrregiões. Segundo dados do IBGE a população do Paraná, em 2007, era de aproximadamente 10.410.000 de pessoas, correspondentes a 5,59 % da população total do Brasil.

O PIB do Paraná atingiu no ano de 2007, segundo dados do IPARDES (2008), o valor de R\$ 145,6 bilhões, garantindo a manutenção da quinta posição entre os estados brasileiros. Com base nos dados do deste instituto pode-se identificar que o setor de serviços é preponderante na economia do Paraná, sendo

responsável por 61,4% do PIB estadual. A seguir, vêm os setores industrial e agropecuário, com participações de 30,2% e 8,4%, respectivamente. Embora tenha menor importância relativa entre os ramos de atividade, a agropecuária paranaense é representativa em termos econômicos, atingindo participação superior à registrada pelo setor primário em nível nacional.

Segundo o IPARDES (2008), o setor agrícola do Estado do Paraná caracteriza-se por atividades diversificadas, além de se destacar como o maior produtor nacional de grãos sendo que a utilização de avançadas técnicas de cultivo colocam-no como o estado brasileiro com os maiores índices de produtividade. A soja, o milho, o trigo e a cana-de-açúcar são os principais produtos agrícolas. Nos últimos anos, a fruticultura vem gradativamente aumentando a produção, estacando-se a banana, atangerina e a laranja. Na pecuária sobressai a avicultura, com 25,3% do total de abates do País. Já nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente.

O valor da transformação industrial do Paraná atingiu R\$ 36,5 bilhões em 2006, sendo que na estrutura industrial do Estado predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação e montagem de veículos automotores, responsáveis por aproximadamente 53,8% do valor da transformação da indústria estadual. A liderança da indústria de alimentos em termos de peso relativo no setor industrial evidencia a importância do agronegócio no Paraná. Em termos do setor de serviços, o valor adicionado totalizou R\$ 68,0 bilhões em 2005, com grande participação dos ramos de comércio, administração pública e atividades imobiliárias. (IPARDES, 2008)

### 3.1.1 Mesorregião Noroeste

Segundo IPARDES (2004) a mesorregião Noroeste do Paraná é formada por 61 municípios e possui uma área de aproximadamente 24.542,8 km<sup>2</sup>, que corresponde aproximadamente a 12,4% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 641.084 habitantes sendo que 145.742 estão localizados em regiões rurais e 495.342 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 26,12 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites três microrregiões: microrregião de Cianorte, microrregião de Paranavaí e microrregião de Umuarama.

O IPEADATA (2008) aponta que o produto interno bruto do Noroeste



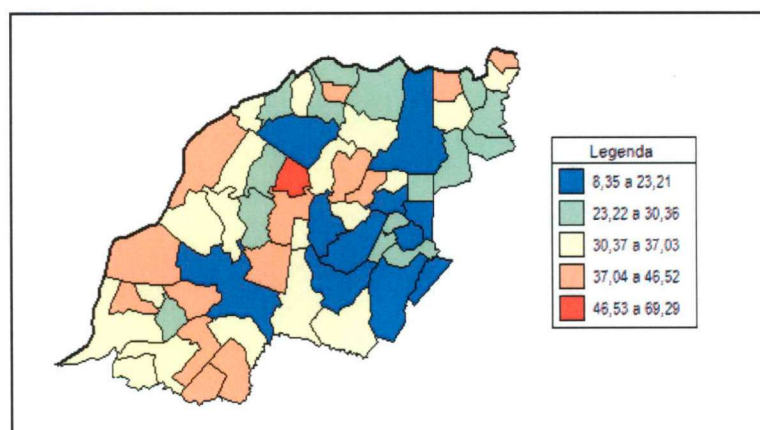
Paranaense é de R\$3.205.411.005,47 sendo esta apenas sexta mesorregião em termos de produção no Estado. Deste montante total R\$522.749.072,73 são correspondentes a agropecuária, R\$1.792.539.954,11 são referentes a serviços e R\$ 621.579.509,94 são referentes a atividades industriais. A mesorregião encontra-se, portanto, em uma região intermediária dentre as demais mesorregiões em termos de contribuição na renda total do Estado

No que diz respeito aos indicadores relacionados à mensuração da pobreza através da renda destaca-se na mesorregião o município de Cianorte com 14,89% da população abaixo da linha de pobreza. Destacam-se também os municípios de Japurá, 15,41%, Umuarama 15,71%, que apesar de não estarem entre os dez melhores municípios do Estado estão bem abaixo da média municipal do Paraná.

Já o município de Santa Mônica destaca-se como o pior da mesorregião com quase metade de sua população em situação de pobreza, 47,46%, seguida de Mariluz 47,01%. Outros municípios destacam-se por descolar da média municipal Estadual e apresentarem mais de 40% de sua população em condições de privação de renda tais como Jardim Olinda com 40,77%, Cafezal do Sul com 41,54, Alto Piquiri com 41,73%, Itaúna do Sul com 45,3%, Brasilândia do Sul com 45,08% e Querência do Norte com 45,67%.

Muito embora ocorram municípios que se distanciam da média municipal Paranaense, a grande maioria dos 61 dos municípios da região encontra-se longe destes extremos garantindo a mesorregião Noroeste a segunda melhor média municipal do Estado apresentada por este indicador que é de 31,33%.

**Figura 2: Linhas de Pobreza na Mesorregião Noroeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

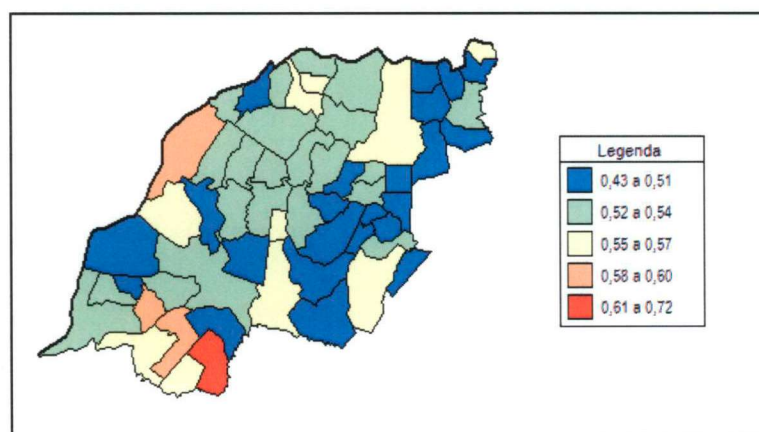
Ainda no âmbito da ótica da renda, em termos de concentração de renda encontramos o município de Alto Piquiri como a localidade onde a renda é mais concentrada apresentando um Índice de Gini de 0,65. Este município encontra-se

um tanto que isolado das demais municípios sendo o único que apresenta um Índice de Gini acima de 0,60, uma vez que o segundo pior colocado da mesorregião, o município de Querência do Norte, apresentou um Índice de Gini de 0,59.

Já as localidades que se destacaram como as que apresentaram um menor nível de concentração de renda foram os municípios de Japurá e Jussara com um Índice de Gini correspondente a 0,46, estando empatadas qualificadas como quinto município de menor concentração de renda no Estado. Outra característica relevante da mesorregião Noroeste em termos de concentração de renda é fato de que um número elevado de municípios apresenta um Índice de Gini menor que 0,50 dentre eles Tuneiras do Oeste e São Carlos do Ivaí com 0,47, Indianópolis e Ivaté com 0,48, bem como Tapejara, Guaporema, Perobal, Maria Helena, Francisco Alves, Esperança Nova, São Pedro do Paraná, Inajá e Cruzeiro do Sul com 0,49.

De fato a média municipal do Índice de Gini apresentada pela mesorregião Noroeste, 0,52, confere a ela, juntamente com a mesorregião Norte, o título de mais bem colocada do Paraná.

**Figura 3: Índice de Gini na Mesorregião Noroeste do Paraná**



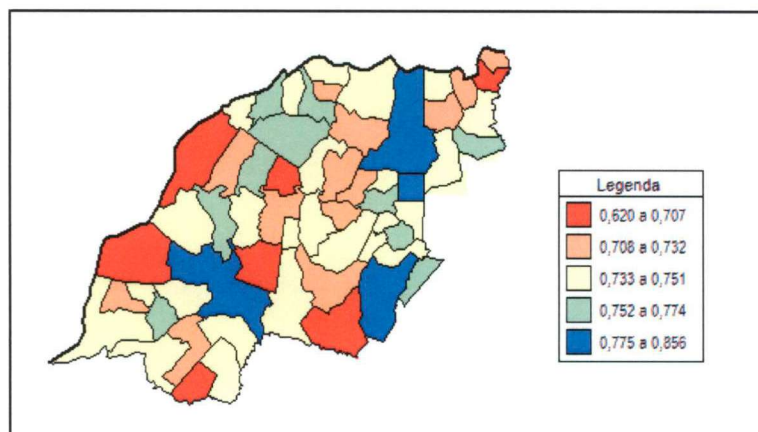
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas destaca-se novamente o município de Cianorte que apresenta um IDH de 0,81. Este município apresenta o maior índice de desenvolvimento humano da mesorregião e o único acima de 0,80. Uma vez que, Paranavaí e Tamboara, posicionados logo atrás de Cianorte, apresentam ambos, um IDHM 0,78. Já o município de Mariluz destaca-se negativamente com um IDH 0,675 muito abaixo da média da região que é de 0,73.

De um modo geral a região não apresenta resultados muito significativos em termos de IDHM, sendo que sua média municipal é quase que a mesma do Estado que é de 0,74.



**Figura 4: IDHM na Mesorregião Noroeste do Paraná**

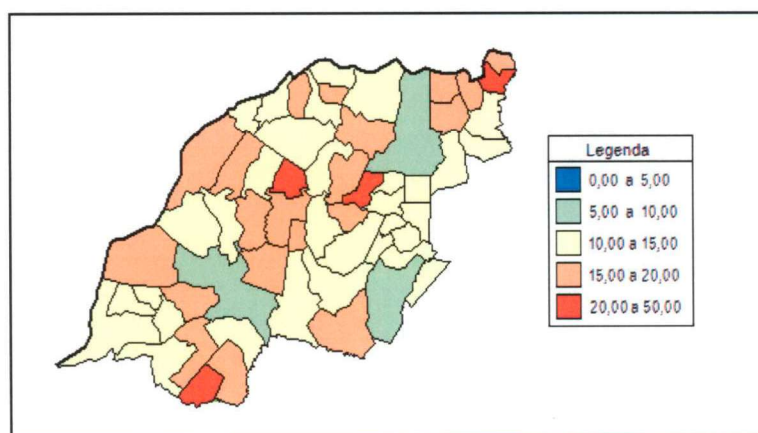


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades, em termos das variáveis cobertas pelo Índice de Pobreza Humana se destaca Cianorte, com um IPH-M de 8,73, o menor da mesorregião. Já como o pior da região encontra-se novamente o município de Mariluz, muito acima da média da mesorregião com um IPH-M de 23,48, o nono pior do Estado. Outros municípios se destacam por apresentar um IPHM acima de 20,00 dentre eles Paranapoema com 20,07, Mirador com 21,46, Brasilândia do Sul com 21,79 e Santa Mônica com 22,38.

Tal como em termos de IDHM, a mesorregião Noroeste não apresenta resultados expressivos em termos de IPHM uma vez que sua média municipal, 15,20, apesar de ser um tanto acima da média municipal Estadual, 13,71, encontra-se em uma posição intermediária dentre as demais mesorregiões.

**Figura 5: IPHM na Mesorregião Noroeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.2. Mesorregião Centro-Occidental

Segundo o IPARDES (2004) a mesorregião Centro-Occidental do Paraná é formada por 25 municípios e possui uma área de aproximadamente 11.913,6 km<sup>2</sup>,

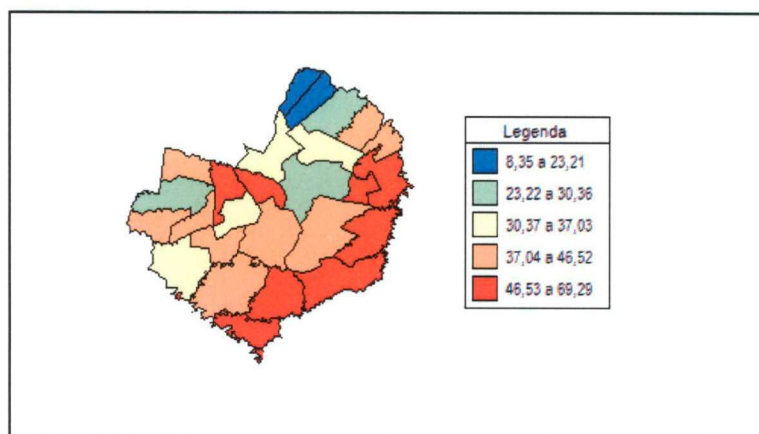
que correspondem aproximadamente a 6,0% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 346.648 habitantes sendo que 95.123 estão localizados em regiões rurais e 251.525 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 29,09 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites duas microrregiões: a microrregião de Goioerê e a microrregião de Campo Mourão.

O produto interno bruto da mesorregião é R\$2.077.268.967,96, se configurando com a segunda menor mesorregião em termos de contribuição na renda total do Estado, a frente apenas da região do Sudeste Paranaense. Deste montante total R\$425.533.692,29 são correspondentes a agropecuária, R\$1.181.893.253,14 são referentes a serviços e R\$ 281.067.311,84 são referentes a atividades industriais, evidenciando a característica ainda agrícola da região. IPEADATA (2008)

No que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda destaca-se na mesorregião o município de Terra Boa que apresentou 23,11% da população abaixo da linha de pobreza de R\$75,00. Outra peculiaridade em relação ao município de Terra Boa é fato de ser o único da mesorregião a apresentar níveis em termos de linha de pobreza abaixo dos 30,00%, sendo que todos os demais 24 municípios, de um total de 25 ultrapassam essa marca. De fato a média registrada na região em termos de porcentagem da população vivendo em condições de renda abaixo da Linha de Pobreza é de 41,08%, sendo que este resultado confere ao Paraná Centro-Occidental o título de terceira pior mesorregião em termos de pobreza segundo a ótica da renda. De fato sua média municipal se afasta quase oito pontos percentuais da média municipal do Estado que é de 34,98%.

Dentre outros municípios que merecem ser destacados se sobressai Altamira do Paraná, bastante isolado como pior da mesorregião, com 58,41%, bem como Iretama, 50,07%, Barbosa Ferraz 50,43%, Roncador 52,53%, Corumbati do Sul 52,58% e Nova Cantú, 53,73%, todos apresentando mais da metade de sua população vivendo em condições de privação de renda,

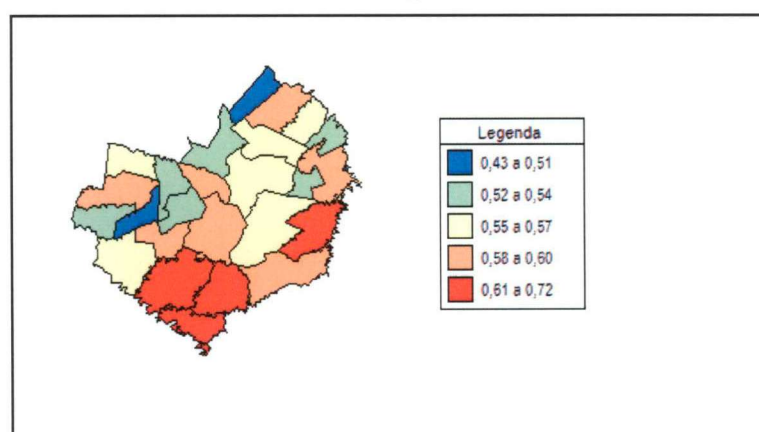
**Figura 6: Linhas de Pobreza na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica de mensuração da pobreza segundo a ótica da renda podemos destacar novamente o município de Terra Boa que apresentou a menor concentração de renda da região com um Índice de Gini de 0,47, que lhe coloca entre os dez melhores do Paraná empatado com municípios de outras mesorregiões como Cafeara e Abatiá. O município de Nova Cantu por sua vez apresentou o pior Índice de Gini da região, que foi de 0,63. A mesorregião Centro-Ocidental, apesar de apresentar 6 de seus 25 municípios com um Índice de Gini maior ou igual a 0,60 (Altamira do Paraná, 0,62, Campina da Lagoa, 0,62, Nova Cantu, 0,63, Barbosa Ferraz, 0,60, Farol, 0,60 e Iretama, 0,62) merece destaque por apresentar uma média municipal regional municipal regional de 0,56, um tanto menor do que a média municipal do Estado que é de 0,63.

**Figura 7: Índice de Gini na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná**

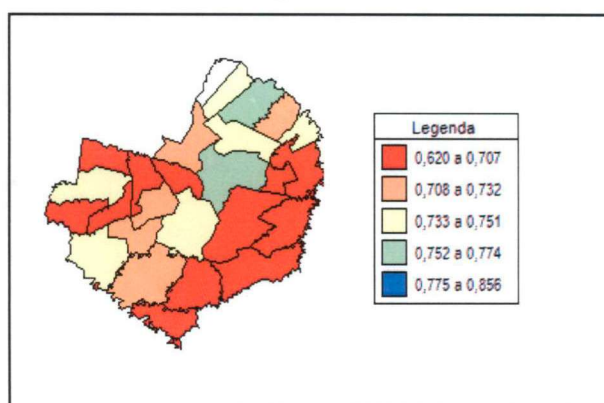


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos de incidência de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas destacam-se dois municípios um tanto distanciados dos demais da região no quesito IDHM: Campo Mourão que apresenta um IDH-M de 0,77, o maior da

mesorregião, seguido do município de Engenheiro Beltrão com 0,76. O município de Altamira do Paraná, tal como no quesito mensuração pobreza através das linhas de pobreza, destaca-se pelo município com o menor índice de desenvolvimento humano municipal que é de 0,67, porém divide o título juntamente com o município de Corumbataí que marcou o mesmo IDHM. A mesorregião Centro-Occidental, como um todo, destaca-se negativamente nas variáveis que compõem o índice desenvolvimento humano, por ser a segunda pior colocada do Estado em termos de média municipal de IDHM, 0,71, estando à frente apenas da mesorregião Centro-Sul, a última colocada do Estado.

**Figura 8: IDHM na Mesorregião Centro-Occidental do Paraná**

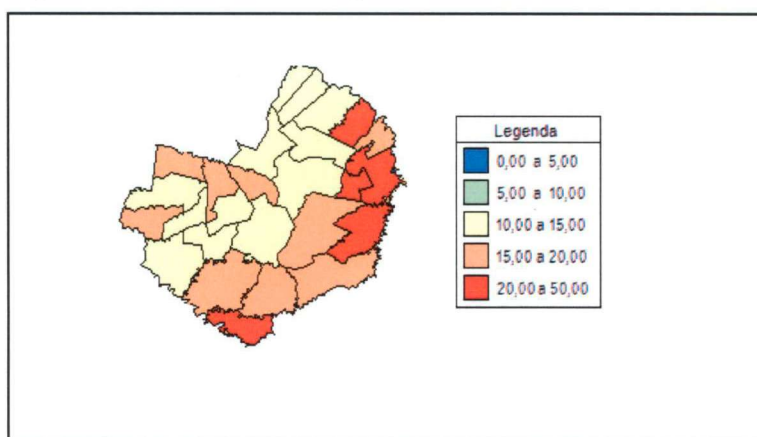


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

No que se refere ao Índice de Pobreza Humana Municipal Campo Mourão novamente se destaca na mesorregião uma vez que apresentou o menor IPH-M marcando 10,01, porém, seguido de perto pelos municípios de Engenheiro Beltrão, com 11,77, e Mamborê com 11,92, cabendo ressaltar que a mesorregião não apresenta nenhum município com IPHM abaixo de 10. Já o município de Altamira do Paraná novamente se enquadra como o pior da mesorregião apresentando um IPH-M de 23,49, quase empatado com o município de Corumbataí do Sul com 23,14.

A média do IPH-M apresentada nos municípios do Paraná Centro-Occidental é de 16,56, dando a mesorregião Centro Occidental o título de pior mesorregião em termos de IPHM do Paraná, o que evidencia a existência de sérias deficiências em relação as variáveis cobertas pelo índice.



**Figura 9: IPHM na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.3. Mesorregião Norte

De acordo com o IPARDES (2004) a mesorregião Norte do Paraná é formada por 79 municípios e possui uma área de aproximadamente 24.494,5 km<sup>2</sup>, que correspondem aproximadamente a 12% do território Estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 1.829.068 habitantes sendo que 211.521 estão localizados em regiões rurais e 1.617.547 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 74,6726 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites oito microrregiões: microrregião de Astorga, microrregião de Porecatu, microrregião de Floraí, microrregião de Maringá, microrregião de Apucarana, microrregião de Londrina, microrregião de Faxinal e a microrregião de Ivaiporã.

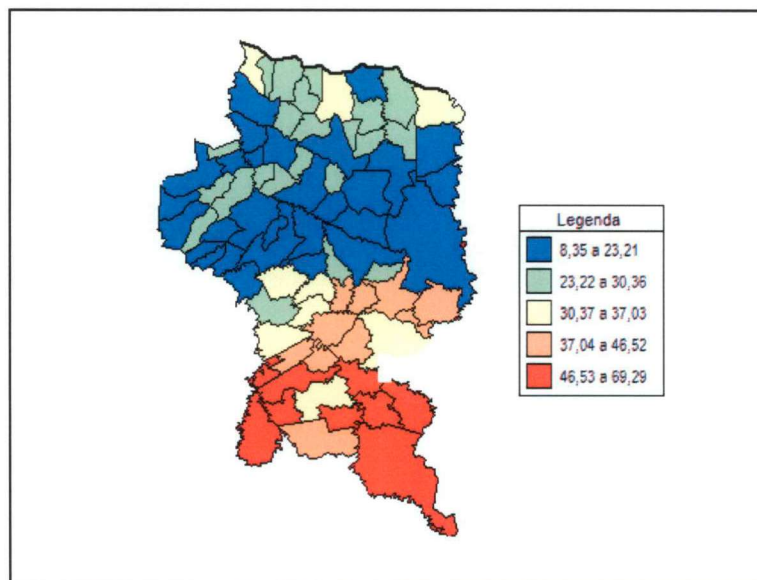
O produto interno bruto da mesorregião é R\$13.048.169.123,76, configurando a mesorregião com a segunda com maior na renda total do Estado, atrás apenas da Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Deste montante total R\$841.277.611,01 são correspondentes a agropecuária, configurando a mesorregião nesse quesito como a segunda maior do Estado, R\$7.890.231.914,55 são referentes a serviços e R\$2.843.845.176,58 são referentes a atividades industriais. (IPEADATA, 2008)

No que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda destaca-se na mesorregião o município de Maringá que apresentou apenas 8,35% da população abaixo da linha de pobreza, o município que menos apresenta população pobre, segundo o quesito renda, de todo o Paraná, a frente até mesmo da capital Curitiba. Outros que se destacam nos quesito linhas de pobreza são os municípios de Araçongas com 11,64%, e Londrina com 12,80% e Porecatu com 14,88% sendo que se classificam como terceiro, sexto e décimo melhores de todo o Paraná.

A mesorregião Norte-Central, além de abrigar 4 dos 10 melhores municípios em termos de pobreza segundo ótica da renda em termos de linhas de pobreza do Estado, é a melhor colocada do Paraná em termos de média municipal nesse quesito atingindo 29,72%.

Em contraste, o município de Rio Branco do Ivaí se sobressai como o pior da mesorregião com 66,79% da população vivendo em condições de privação de renda, o quarto pior do Paraná.

**Figura 10: Linhas de Pobreza na Mesorregião Norte do Paraná**

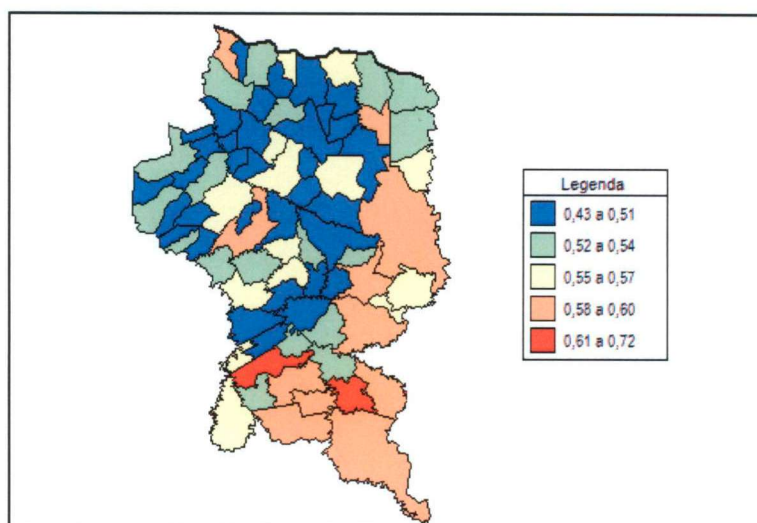


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica de mensuração da pobreza segundo a ótica da renda destacam-se os municípios de Paiçandú e Sarandi que apresentaram, ambos em mesma magnitude, a menor concentração de renda da mesorregião com um Índice de Gini de 0,43. Estes dois municípios compartilham a posição de município com melhor distribuição de renda do Paraná. De fato a mesorregião Norte-Central do Paraná é destaque, uma vez que, junto com o Noroeste, é a mesorregião com que apresenta a menor média municipal em termos de nível de concentração de renda de todo o Estado: 0,52.

O município de Rio Branco do Ivaí por sua vez apresentou o pior Índice de Gini da região, que foi de 0,62, seguido de perto dos municípios de Jardim Alegre, com 0,61, e Ivaiporã com 0,60.

**Figura 11: Índice de Gini na Mesorregião Norte do Paraná**

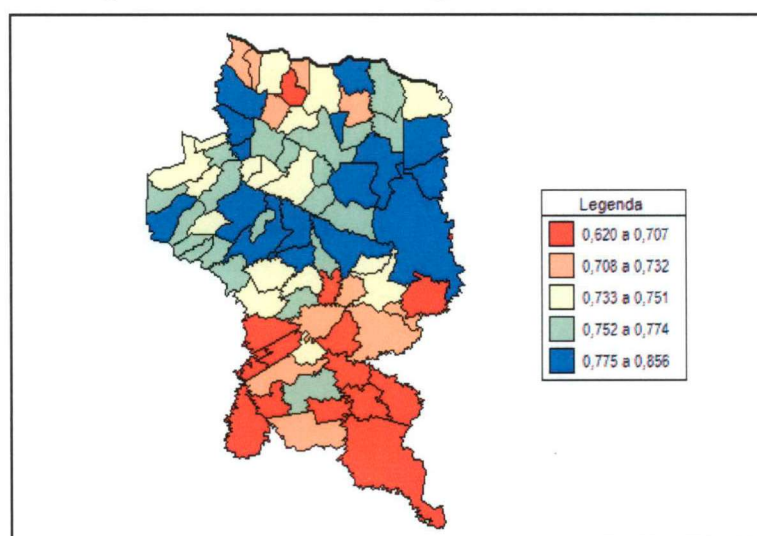


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos de incidência de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em termos do índice de desenvolvimento urbano, novamente se destaca o município de Maringá que apresenta um IDHM de 0,84. O município de Londrina também merece destaque uma vez que apresenta um IDMH de 0,82. Estes dois municípios se sobressaem em nível Estadual uma vez que ocupam a sexta e a décima posição do Paraná em termos desse índice.

Em contraste, o município de Rosário do Ivaí destaca-se pelo município como menor IDHM da mesorregião, que é de 0,66, sendo o nono pior de todo Estado. A média municipal apresentada pela mesorregião Norte-Central do Paraná em termos de IDHM é de 0,74.

**Figura 12: IDHM na Mesorregião Norte do Paraná**



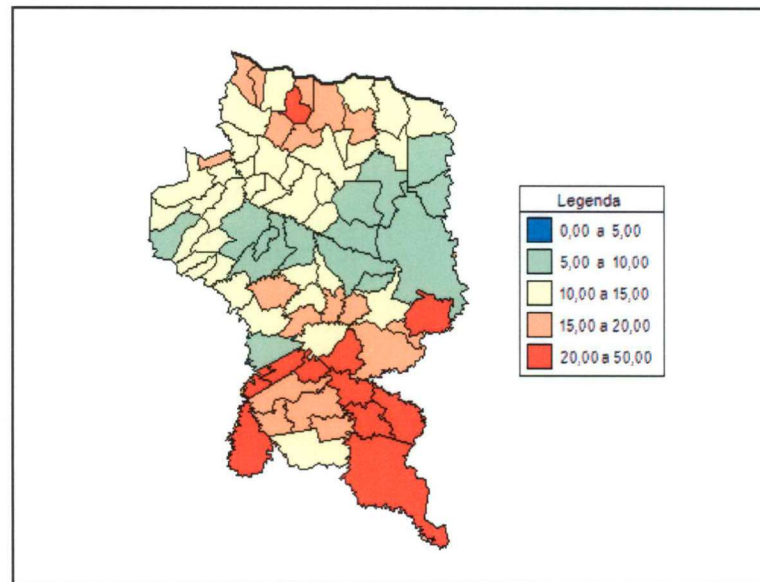
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

No que se refere ao Índice de Pobreza Humana Municipal, ainda sob a ótica



de mensuração de pobreza das necessidades básicas, o município de Maringá novamente se destaca na mesorregião uma vez que apresentou o menor IPHM marcando 5,19, o décimo melhor do Paraná. O município de Godói Moreira se enquadra como o pior da mesorregião apresentando um IPHM de 27,77, o segundo pior do Estado, seguido do município de Rio Branco do Ivaí, o sexto pior. Apesar desses municípios, a grande maioria dos municípios da região foge desses extremos, sendo que a média municipal do IPHM apresentado da mesorregião Norte-Central é de 14,44, posição intermediária dentre as mesorregiões.

**Figura 13: IPHM na Mesorregião Norte do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

#### 3.1.4. Mesorregião do Norte Pioneiro

Segundo IPARDES (2004) a mesorregião Norte Pioneiro do Paraná é formada por 46 municípios e possui uma área de aproximadamente 15.763,3 km<sup>2</sup>, que correspondem a cerca de 7,9% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 548.190 habitantes sendo que 136.459 estão localizados em regiões rurais e 411.731 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 34,77 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites cinco microrregiões: microrregião de Assaí, microrregião de Cornélio Procópio, microrregião de Jacarezinho, microrregião de Ibaiti e a microrregião de Wenceslau Bráz.

O produto interno bruto da mesorregião é R\$ 2.636.094.957,88, configurando-se com a terceira menor contribuição a renda total do Estado. Deste montante total R\$ 464.574.456,66 são correspondentes a agropecuária, R\$ 1.492.147.927,69 são

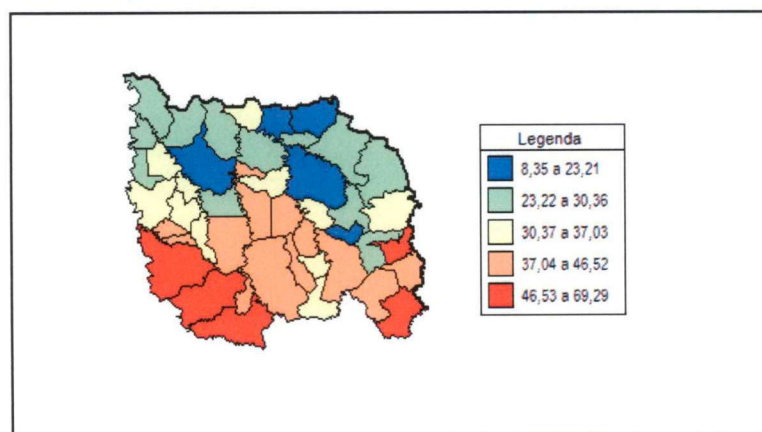


referentes a serviços e R\$ 467.504.501,62 são referentes a atividades industriais. (IPEADATA, 2008)

No que diz respeito aos indicadores relacionados à mensuração da pobreza através da renda destaca-se isoladamente na mesorregião o município de Cornélio Procópio com 16,39% da população abaixo da linha de pobreza. Este é o único município na mesorregião a apresentar menos de 20% de sua população nestas condições, uma vez que é seguido pelos municípios de Cambará com 21,97%, Andirá com 22,00% e Quatiguá com 22,10%.

Já o município de São Jerônimo da Serra destaca-se como o pior da mesorregião com mais da metade de sua população, 51,83%, em situação de pobreza, seguido por São José da Boa Vista com 51,36% e Itararé com 51,05%. Estes três municípios são os únicos da mesorregião com mais de 50% de pobres na sua população, sendo que grande maioria dos 46 municípios que compõe a mesorregião apresenta um perfil muito parecido com o perfil do resto do Estado, tanto que a média municipal da mesorregião é de 34,71%, muito próxima a média municipal Estadual que é de 34,98%.

**Figura 14: Linhas de Pobreza na Mesorregião do Norte Pioneiro do Paraná**



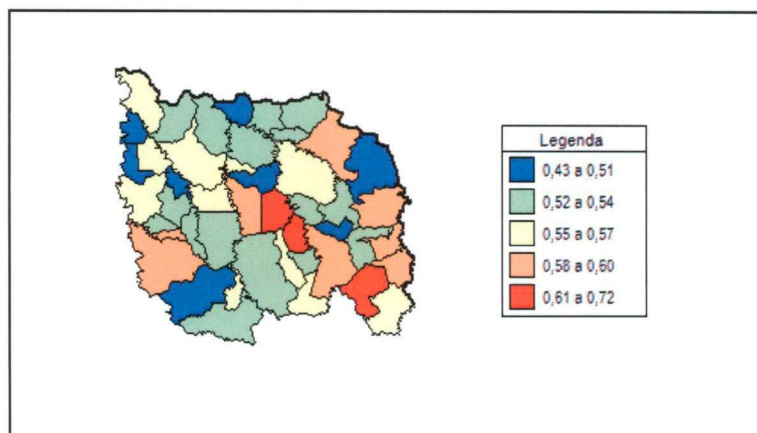
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Continuando no âmbito da ótica da renda, em termos de concentração de renda encontramos o município de Jundiá do Sul como a localidade onde a renda é mais concentrada na mesorregião apresentando um Índice de Gini de 0,63. Na sequência encontram-se, empatados, os municípios de Conselheiro Mainrinck e Wenceslau Braz com 0,62, e Jacarezinho com 0,60, sendo estes três, junto com Jundiá do Sul, os únicos da mesorregião a apresentar um Índice de Gini maior ou igual a 0,60.

Já a município que se destaca como o que apresenta o menor nível de concentração de renda da mesorregião do Norte-Pioneiro foi Abatiá, com um Índice

de Gini correspondente a 0,47, seguido do município de Rancho Alegre com 0,49. Cabe ressaltar que Abatiá é o décimo melhor município do Paraná em termos de concentração de renda. Apesar disso, a média municipal de concentração de renda apresentada na mesorregião apontada pelo Índice de Gini é de 0,54, não se contrastando muito da média municipal do Estado que é de 0,55.

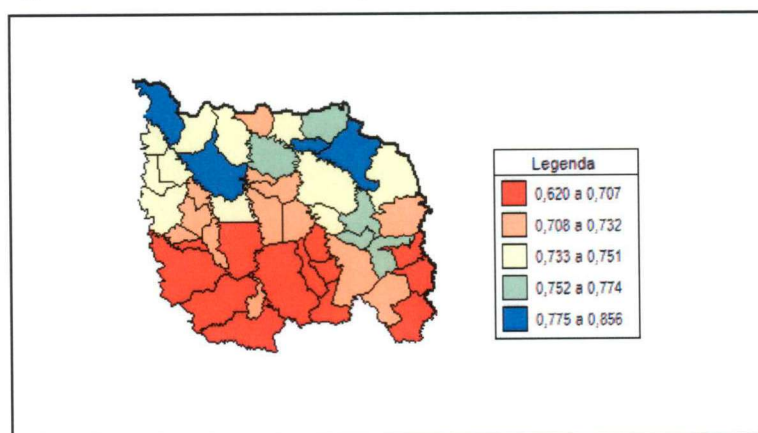
**Figura 15: Índice de Gini na Mesorregião do Norte Pioneiro do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas destaca-se novamente o município de Cornélio Procópio que apresenta um IDH-M de 0,79, o maior da mesorregião, seguido de perto dos municípios de Barra do Jacaré, Sertaneja, Jacarezinho todos com 0,78. Por sua vez, novamente o município de São Jerônimo da Serra destaca-se negativamente juntamente com o município de Curiúva, ambos com um IDHM 0,67, sendo seguidos muito de perto por Ibaiti com 0,68. Tal como em termos das linhas de pobreza a mesorregião do Norte-Poneiro não se sobressai no Estado em termos de IDHM sendo que apresenta uma média municipal desse indicador, 0,72, não muito distante da média municipal Estadual que é de 0,74.

**Figura 16: IDHM na Mesorregião do Norte Pioneiro do Paraná**



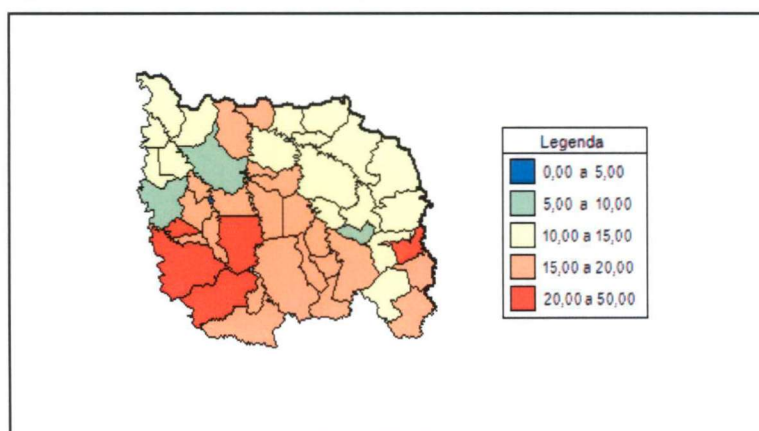
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)



Ainda no que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em relação às variáveis cobertas pelo Índice de Pobreza Humana novamente teremos como destaque positivo da região o município de Cornélio Procópio com um com um IPH-M de 9,17, o menor da mesorregião. Demais destaques positivos vão para os municípios de Jacarezinho com 10,26, Cambará com 10,27 e Sertaneja com 10,97.

Sob essa ótica de mensuração São Jerônimo da Serra novamente obteve a pior colocação da mesorregião marcando um IPH-M de 23,03. Dentre os demais municípios da mesorregião sobressaem-se os que apresentam um IPHM acima de 20,00 tais como Congonhinhas com 22,07, Sapopema 21,69, Santa Cecília do Pavão com 20,16 e3 Salto do Itararé 20,05. Devido a um número elevado de municípios apresentando IPHM defasados, a mesorregião do Norte-Pioneiro possui a segunda pior média municipal do Paraná em termos desse indicador, 15,44, atrás apenas da região Centro-Occidental.

**Figura 17: IPHM na Mesorregião do Norte Pioneiro do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.5. Mesorregião Centro-Oriental

Segundo o IPARDES (2004) a mesorregião Centro-Oriental do Paraná é formada por 14 municípios e possui uma área de aproximadamente 21.904,4 km<sup>2</sup>, correspondentes a aproximadamente 11% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 623.356 habitantes sendo que 117.129 estão localizados em regiões rurais e 506.227 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 28,45 habitantes por km<sup>2</sup>. Esta mesorregião possui em seus limites três microrregiões: a microrregião de Telêmaco Borba, a microrregião de Jaguariaiva e a microrregião de Ponta Grossa.

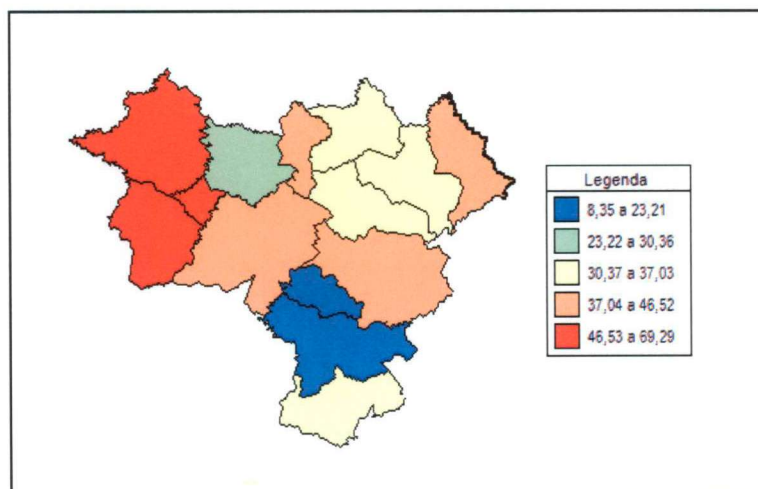
De acordo com o IPEADATA (2008) o produto interno bruto da mesorregião é

R\$ 5.129.657.136,53, configurando-se como a quarta maior contribuição a renda total do Estado. Deste montante total R\$ 613.682.669,68 são correspondentes a agropecuária, R\$ 2.313.813.720,02 são referentes a serviços e R\$ 1.664.540.042,79 são referentes a atividades industriais.

No que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda destaca-se na mesorregião o município de Ponta Grossa que apresentou a menor porcentagem de sua população abaixo da linha de pobreza de R\$75,00, 20,11%, sendo este, junto com Carambeí com 22,24% e Telêmaco Borba com 24,03%, os únicos municípios na faixa dos 20%.

Por outro lado o município de Ortigueira se sobressai isolado como o pior da mesorregião com 60,96% da população vivendo em condições de privação de renda, seguido do município de Reserva com 56,10%. Apesar da maioria de seus municípios se encontrarem na faixa dos 30,00%, devido à incidência de extremos como estes a média municipal na região em termos de porcentagem da população vivendo em condições de renda abaixo da linha de pobreza é de 37,49%, a terceira pior do Paraná.

**Figura 18: Linhas de Pobreza na Mesorregião do Centro-Oriental do Paraná**



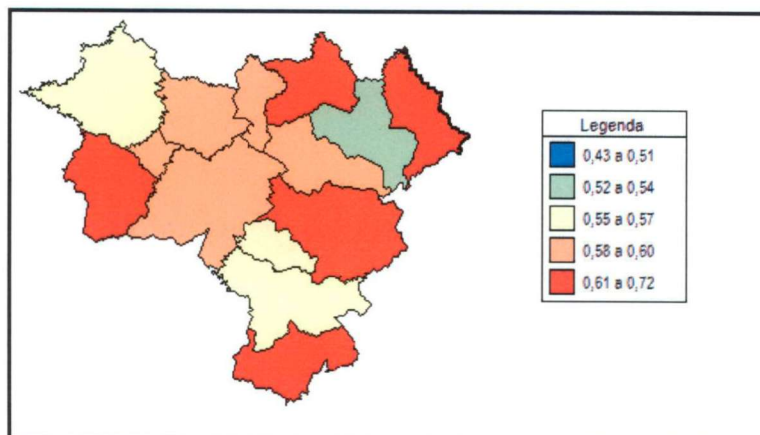
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Prosseguindo no âmbito da ótica de mensuração da pobreza segundo a ótica da renda podemos destacar o município de Jaguariaíva que apresentou a menor concentração de renda da região com um Índice de Gini de 0,54 de maneira um tanto isolada dos demais municípios da mesorregião.

Por sua vez, os municípios de Arapoti e Sengés apresentam, empatados, o pior Índice de Gini da mesorregião, 0,72, sendo que este é, também, o nível de concentração municipal mais alto de todo o Paraná. Devido a estes extremos a média municipal da mesorregião é de 0,60, configurando-se como segunda pior do

Estado.

**Figura 19: Índice de Gini na Mesorregião do Centro-Oriental do Paraná**

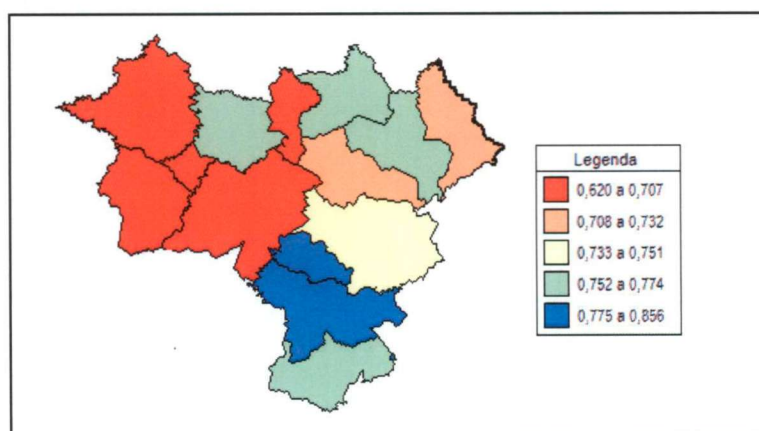


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos de incidência de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em termos das variáveis contempladas pelo Índice de Desenvolvimento Humano, destaca-se o município de Ponta Grossa por apresentar um IDHM de 0,80, o maior da mesorregião e o único acima de 0,80.

O município de Ortigueira, tal como no quesito mensuração pobreza através das linhas de pobreza, destaca-se como o município com o menor IDHM da mesorregião, 0,62, bem como o menor dentre todos os municípios de todo o Paraná. Aliás, os demais municípios mal colocados em termos de IDHM na região também ocupam lugares na lista de piores do Paraná tais como Imbaú e Reserva, com 0,64, ambos dividindo o título de segundo pior da mesorregião e o terceiro pior do Estado, e Ventania, o quarto pior da mesorregião e o décimo pior município de todo o Paraná. Apesar destes extremos a média municipal apresentada pela mesorregião Centro-Ocidental do Paraná em termos de IDHM é de 0,72, não se distanciando muito da média municipal do Estado que é de 0,74.

**Figura 20: IDHM na Mesorregião do Centro-Oriental do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

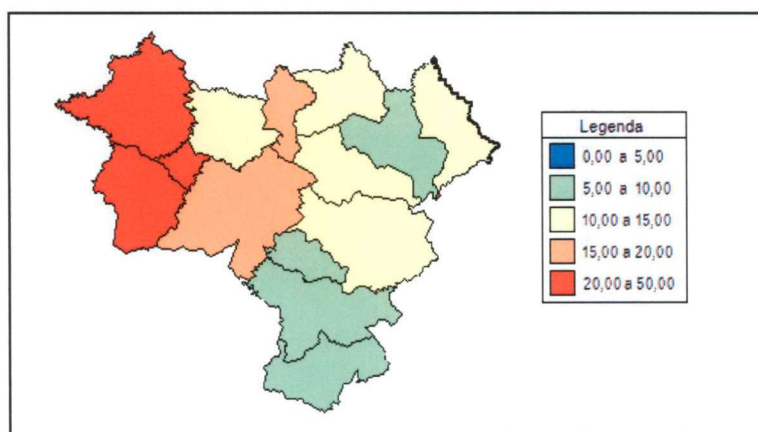


Ainda no âmbito das necessidades básicas, em termos das variáveis cobertas pelo IPHM, o município de Ponta Grossa novamente se destaca na mesorregião uma vez que apresentou o menor IPHM marcando 5,80. Outros municípios se destacam por apresentar um IPHM abaixo 10,00 dentre eles Palmeira com 8,64 e Jaguariaíva com 9,90.

O município de Ortigueira do Paraná novamente se enquadra como o pior da mesorregião apresentando um IPHM de 25,51, de uma maneira um tanto isolada, uma vez que é seguido do município de Reserva com 21,22.

Apesar destes dois extremos a média municipal apresentada pelo Paraná Centro-Oriental é de 14,01, conferindo a mesorregião uma posição intermediária entre as demais em termos de IPHM.

**Figura 21: IPHM na Mesorregião do Centro-Oriental do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.6. Mesorregião Oeste

Segundo IPARDES (2004) a mesorregião Noroeste do Paraná é formada por 50 municípios e possui uma área de aproximadamente 22.791,9 km<sup>2</sup>, que correspondem a cerca de 11,5% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 1.138.582 habitantes sendo que 209.490 estão localizados em regiões rurais e 929.092 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 49,95 habitantes por km<sup>2</sup>, a segunda maior do Paraná. Possui em seus limites três microrregiões: microrregião de Toledo, microrregião de Cascavel e a microrregião de Foz do Iguaçu

O produto interno bruto da mesorregião é R\$ 9.763.103.970,21 sendo ela a terceira maior em contribuição para a renda total do Estado atrás apenas das mesorregiões do Norte Central e Metropolitana de Curitiba. Deste montante total R\$522.749.072,73 são correspondentes a agropecuária, R\$ 4.546.137.257,81 são

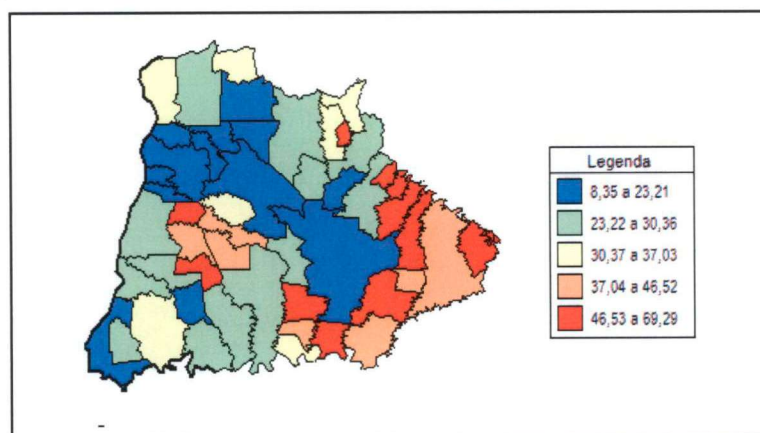
referentes a serviços e R\$ 3.534.050.197,81 são referentes a atividades industriais. (IPEADATA, 2008)

No que diz respeito aos indicadores relacionados à mensuração da pobreza através da renda destaca-se o município de Entre Rios do Oeste com 12,34% da população abaixo da linha de pobreza, sendo também o quarto melhor de todo o Estado. Outros municípios da mesorregião ocupam posições na lista dos 10 melhores do Estado dentre eles Quatro Pontes com 12,53%, o quinto melhor, e Marechal Cândido Rondon com 14,66% o nono melhor do Estado.

Já o município de Diamante do Sul destaca-se como o pior da mesorregião com mais da metade de sua população, 65,12% em situação de pobreza, o sexto pior do Paraná. Outros municípios da mesorregião merecem destaque por apresentarem mais da metade de sua população abaixo das linhas de pobreza dentre eles Braganey com 51,29%, Lindoeste com 52,46%, Campo Bonito com 56,42% e Ramilândia com 57,78%.

Muito embora ocorram extremos desta sorte a maioria dos 50 municípios do Oeste Paranaense se encontra na faixa dos 30,00% tanto que a média municipal apresentada por este indicador na região que é de 32,76%. Uma vez que esta média não é muito distante da média Estadual, 34,98%, a mesorregião ocupa uma posição intermediária a dentro as demais em termos de incidência de privação de renda a nível municipal.

**Figura 22: Linhas de Pobreza na Mesorregião do Oeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica da renda, em termos de concentração de renda encontramos o município de Assis Chateaubriand como a localidade onde a renda é mais concentrada na mesorregião apresentando um Índice de Gini de 0,68, que junto com Mangueirinha é o terceiro pior do Estado. Dentre outros municípios que se encontram na faixa dos 0,60 destacam-se Nova Aurora com 0,60, Três Barras do

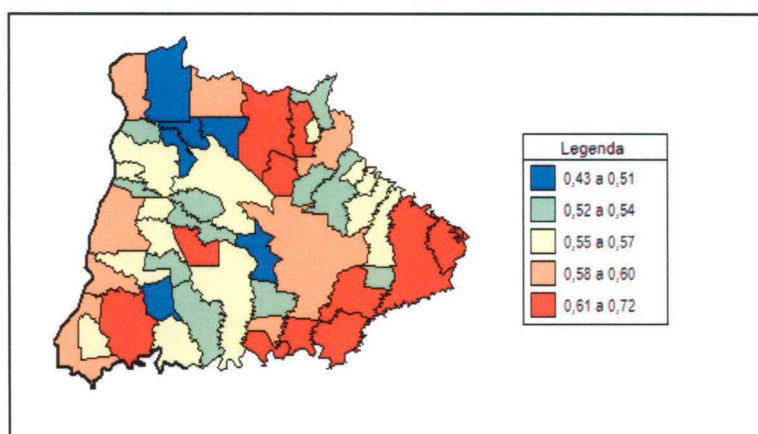


Paraná, Jesuítas e Tupãssi com 0,61, Boa Vista da Aparecida, Guaraniaçu e Catanduvas com 0,63, Capitão Leonidas Marques com 0,65, e Diamante do Sul e São Miguel do Iguçu com 0,66, sendo que ambos, aliás, ocupam empatados a posição de oitavo pior do Paraná.

Já a localidade que se destacou como a que apresentou o menor nível de concentração de renda foi Santa Teresa do Oeste com um Índice de Gini correspondente a 0,46, além de ser o quinto menor do Estado.

Marcada por contrastes extremos no quesito distribuição interna da renda a média municipal da mesorregião medida pelo Índice de Gini que é de 0,56, não se distancia muito da média municipal do Estado que é de 0,55.

**Figura 23: Índice de Gini na Mesorregião do Oeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas destaca-se novamente o município de Quatro Pontes que apresenta um IDHM de 0,85, o maior índice de desenvolvimento humano da mesorregião, e que aliás só perde para o município de Curitiba, o primeiro do Estado. Outros municípios da mesorregião Oeste merecem destaque por ocuparem a faixa do 0,80 dentre eles Entre Rios do Oeste e Maripá com 0,84 empatados com quarto melhor do Estado, Palotina com 0,83 sétimo melhor do Estado, Marechal Cândido Rondon e Toledo com 0,82 empatados como oitavo melhor do Estado, Mercedes e Cascavel com 0,81 e Nova Santa Rosa e Tupãssi com 0,80.

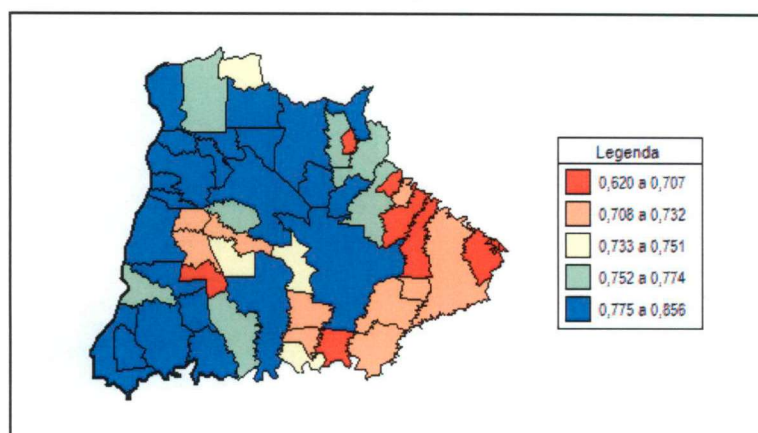
Já o município de Diamante do Sul destaca-se negativamente com um IDHM 0,675, sendo que apenas outros 3 municípios ocupam a região dos 0,60: Campo Bonito com 0,68 e Boa Vista da Aparecida e Ramilândia com 0,69.

Neste sentido, com a maioria de seus 50 municípios na faixa dos 0,70, e ocupando 6 das 10 posições da lista do municípios mais bem colocados no ranking Estadual do IDHM não surpreende que a média municipal apresentada na



mesorregião Oeste seja a maior do Paraná, 0,76. Neste sentido difere da sua colocação em relação ao demais índices que tenderam a se localizar muito próximos a média do Estado.

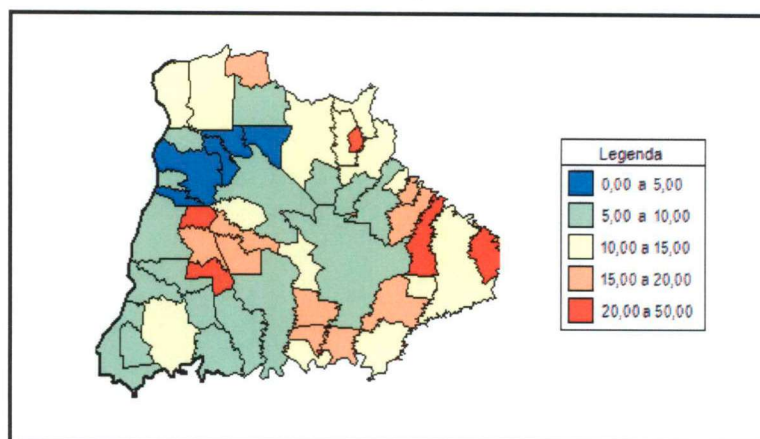
**Figura 24: IDHM na Mesorregião do Oeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em relação as variáveis cobertas pelo Índice de Pobreza Humana o município que se destaca é Entre Rios do Oeste, com um IPHM de 3,28, o menor da mesorregião Oeste, e melhor de todo o Paraná, a frente, inclusive do município de Curitiba. Outros municípios também se destacam por ocuparem posições na lista dos 10 melhores do Estado, dentre eles Quatro Pontes com 3,84 o terceiro melhor do Estado, Maripá com 4,06 o quarto melhor do Estado, Marechal Cândio Rondon com 4,33 o quinto melhor do Estado e Nova Santa Rosa com 5,87 o sexto melhor do Estado. Já como o pior da região encontra-se novamente o município de Diamante do Sul que apresenta um IPHM de 26,74, sendo que apenas mais 4 outros de seus 50 municípios se localizam na faixa dos 20,00: Campo Bonito com 20,07, São José das Palmeiras com 20,55, Iracema do Oeste com 22,21 e Ramilândia com 22,74. Neste sentido, a média municipal apresentada na mesorregião Oeste que é de 11,79 se destaca ocupando a terceira melhor posição dentre as demais mesorregiões em relação ao IPHM.

**Figura 25: IPHM na Mesorregião do Oeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.7. Mesorregião Sudoeste

De acordo com o IPARDES (2004) a mesorregião Sudoeste do Paraná é formada por 37 municípios e possui uma área de aproximadamente 11.660,7 km<sup>2</sup>, correspondentes a cerca de 6% do território estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 472.626 habitantes sendo que 189.582 estão localizados em regiões rurais e 283.044 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 40,53 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites três microrregiões: a microrregião de Capanema, a microrregião de Francisco Beltrão e a microrregião de Pato Branco

O produto interno bruto da mesorregião é de R\$ 2.694.050.128,50, o que lhe garante uma posição intermediária dentre as mesorregiões em termos de contribuição ao a renda total do Estado. Deste montante total R\$ 452.571.345,70 são correspondentes a agropecuária, R\$1.468.067.039,00 são referentes a serviços e R\$ 527.333.252,45 são referentes a atividades industriais. (IPEADATA, 2008)

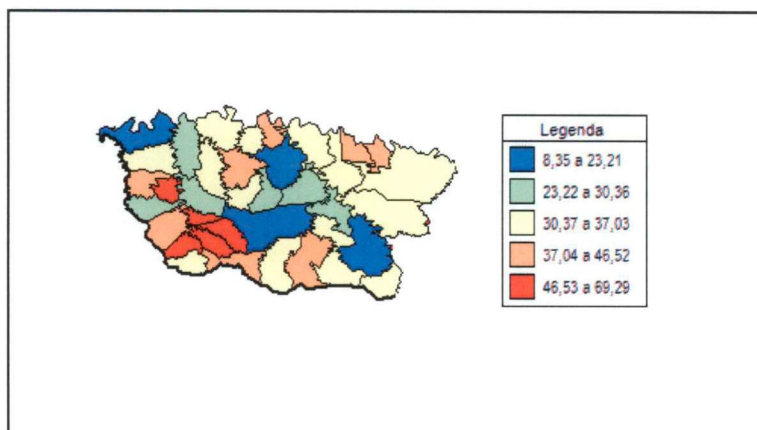
No que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda destaca-se na mesorregião o município de Pato Branco que apresenta 16,32% da população abaixo da linha de pobreza. Além de Pato Branco estar em primeiro de maneira muito isolada, é seguido por apenas 8, dos 46 municípios da mesorregião, dentro da faixa de 20,00%: Dois Vizinhos com 20,40%, Capanema com 21,39%, Realeza com 26,82%, Pranchita com 27,50%, Enéas Marques com 27,76%, Verê com 28,49%, Ampére com 28,63% e Itapejara d'Oeste com 29,64%.

Por sua vez o município de Pinhal do São Bento se sobressai como o pior da mesorregião com 63,37% da população vivendo em condições de privação de renda, o sétimo pior do Estado. Este município é seguido de perto de Bom Jesus do

Sul com 62,09%. Outros municípios da mesorregião merecem destaque por apresentarem mais da metade de sua população em condições de pobreza dentre eles Manfrinópolis com 59,53% e Salgado Filho com 51,46%.

Apesar destes extremos a média municipal registrada na região em termos de porcentagem da população vivendo em condições de renda abaixo da linha de pobreza é de 35,79%, muito próxima a apresentada pelo Estado que é de 34,28%.

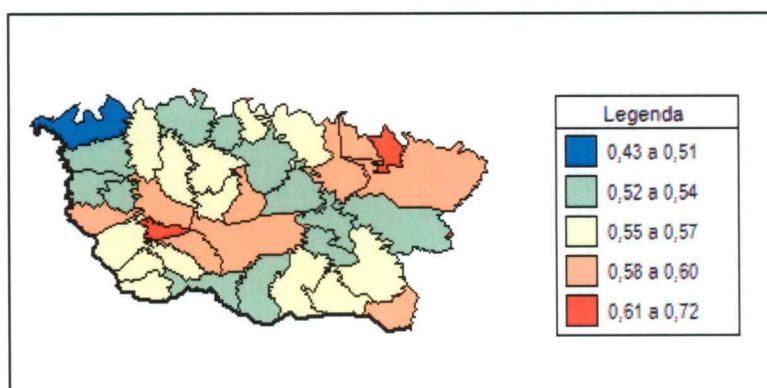
**Figura 26: Linhas de Pobreza na Mesorregião do Sudoeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica de mensuração da pobreza segundo a ótica da renda destaca-se o município de Capanema que apresenta a menor concentração de renda da mesorregião Sudoeste com um Índice de Gini de 0,51. Já o município de Saudade do Iguaçu destaca-se por apresentar o pior Índice de Gini da região: 0,65. Apenas outros três municípios da mesorregião se localizam na faixa igual ou acima de 0,60: São João e Enéas Marques com 0,60 e Pinhal de São Bento com 0,61. De fato a grande maioria dos 46 municípios se localiza na faixa do 0,50 sendo que a média municipal apresentada pela mesorregião Sudoeste neste indicador foi de 0,56, muito próxima a média municipal Estadual que é de 0,55.

**Figura 27: Índice de Gini na Mesorregião do Sudoeste do Paraná**



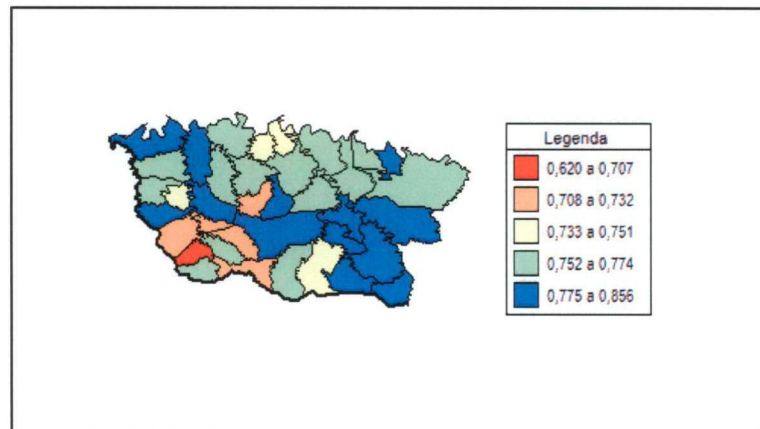
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)



Em termos de incidência de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em relação as variáveis cobertas pelo IDHM novamente se destaca o município de Pato Branco com 0,84. Outros municípios da mesorregião se destacam por apresentar um IDHM acima da faixa dos 0,70, dentre eles o município de Capanema e o de Pranchita, ambos marcando justamente 0,80.

Muito embora o município de Bom Jesus do Sul se destaque por ser o município com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da mesorregião, 0,69, cabe ressaltar que ele é o único a apresentar um IDM abaixo da faixa do 0,70. Ao contrário das Linhas de Pobreza e do Índice de Gini, a média municipal apresentada pela Sudoeste Paranaense em termos de IDHM é de 0,76, ou seja, se distancia da média municipal do Estado e sobressai uma vez que se enquadra, junto com a mesorregião Oeste, como a melhor de todo Paraná.

**Figura 28: IDHM na Mesorregião do Sudoeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

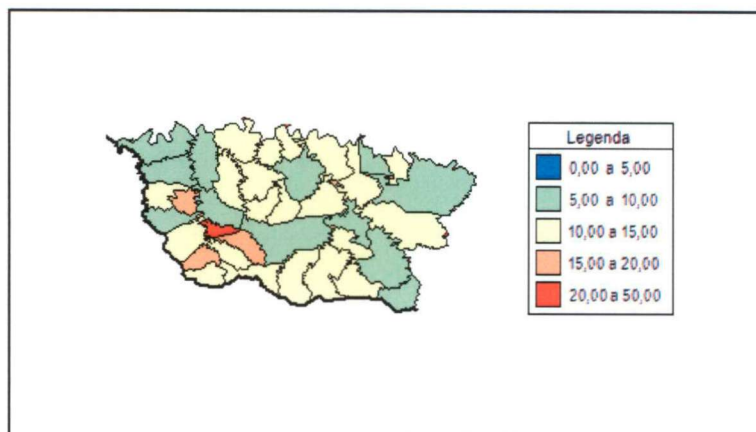
No que se refere ao Índice de Pobreza Humana Municipal o município de Pato Branco, tal como nos indicadores linhas de pobreza e IDHM, se destaca na mesorregião Sudoeste uma vez que apresentou o menor IPHM marcando 5,90. Outros municípios também merecem destaque por apresentarem um IPHM abaixo da faixa dos 10,00 dentre eles: Mariópolis com 7,86, Capanema com 7,93, Realeza com 9,01, Dois Vizinhos com 9,22, Planalto com 9,60, Ampére com 9,63, Itapejara d'Oeste com 9,64, Chopinzinho com 9,74, Pranchita com 9,79 e Sulina com 9,83.

O município de Pinhal do São Bento se sobressai como o pior da mesorregião apresentando um IPHM de 20,11, o único na faixa dos 20,00 dentre os 37 municípios a mesorregião.

Por essas razões, novamente a mesorregião Sudoeste se destaca dentre as demais mesorregiões uma vez que a média do IPHM apresentada em seus

municípios é de 11,54, a terceira melhor do Paraná.

**Figura 29: IPHM na Mesorregião do Sudoeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.8. Mesorregião Centro-Sul

Segundo IPARDES (2004) a mesorregião Centro-Sul do Paraná é formada por 29 municípios e possui uma área de aproximadamente 26.450,7 km<sup>2</sup>, correspondentes a aproximadamente 13% do território Estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 533.317 habitantes sendo que 208.746 estão localizados em regiões rurais e 324.571 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 20,16268 habitantes por km<sup>2</sup>. A mesorregião Centro-Sul possui em seus limites três microrregiões: microrregião de Pitanga, microrregião de Guarapuava e a microrregião de Palmas.

O produto interno bruto da mesorregião é R\$ 3.429.865.041,18, obtendo uma posição intermediária dentre as demais mesorregiões em termos de contribuição para a renda total do Estado. Deste montante total R\$ 690.417.695,51 são correspondentes a agropecuária, R\$ 1.547.206.706,88 são referentes a serviços e R\$ 940.583.579,61 são referentes a atividades industriais. (IPEADATA, 2008)

No que diz respeito aos indicadores relacionados à mensuração da pobreza através da renda destaca-se na mesorregião Centro-Sul o município de Guarapuava com 28,82 da população abaixo da linha de pobreza. As condições deste município evidencia os sérios problemas em relação a privação da renda no Centro-Sul uma vez que este é o único dos 29 municípios da mesorregião na faixa dos 20,00%, sendo seguido por apenas 4 municípios na faixa dos 30,00%: Virmond 34,56%, Clevelândia 35,26%, Palmas com 36,34%, com Laranjeiras do Sul com 38,06%. Todos os demais municípios encontram-se na faixa dos 40,00% em diante, ou seja, mais de 80% de todo o conjunto da mesorregião, evidenciando a situação crítica da

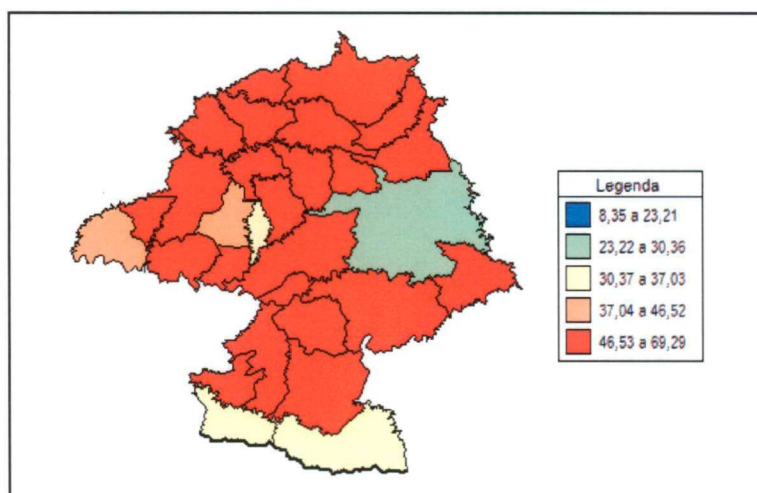


mesorregião em termos de privação de renda.

De fato essa consideração é coerente uma vez que a mesorregião Centro-Sul ocupa 6 colocações dentre as 10 piores em termos de privação de renda dentre todos os 399 municípios do Paraná: Rio Bonito do Iguaçu com 62,33% é o décimo pior do Estado, Coronel Domingos Soares com 62,46% é o nono pior do Estado, Santa Maria d'Oeste com 62,89% é oitavo pior do Estado, Mato Rico com 65,49% é o quinto pior do Estado, Laranjal com 68,16% é o terceiro pior do Estado, e, com máximo destaque, Goioxim, que é o pior da mesorregião com mais de dois terços de sua população, 69,29%, em situação de pobreza, e é o pior de todo o Estado.

Muitos outros municípios, apesar de comporem a lista dos 10 piores localizam-se na faixa dos 60,00% e dos 50,00%, sendo que média municipal apresentada por este indicador na mesorregião é de 51,75%. Este média, é, de maneira isolada, a pior de todo o Paraná, e esta muito a frente do Sudeste, a segunda pior mesorregião do Estado, que apresenta uma média municipal de 42,59%.

**Figura 30: Linhas de Pobreza na Mesorregião Centro-Sul do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

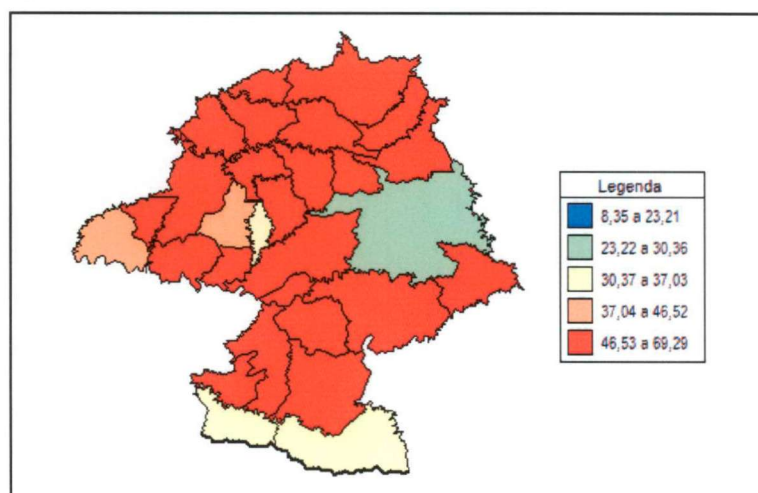
Ainda no âmbito da ótica da renda, em termos de concentração de renda encontramos o município de Manguaçu como a localidade onde a renda é mais concentrada apresentando um Índice de Gini de 0,68, sendo também a terceira pior do Paraná. Outros municípios da mesorregião também ocupam lugares na lista dos 10 piores do Estado dentre eles Manguaçu, o terceiro pior marcando 0,68, Nova Laranjeiras, Reserva do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, os três dividindo a quinta posição com 0,67 e Palmas o nono pior com 0,66.

Já as localidades que se destacaram como as que apresentaram um menor nível de concentração de renda foram os municípios de Virmonde e Santa Maria do

Oeste, ambos com um Índice de Gini correspondente a 0,54. Demais municípios destacam-se por situarem-se na faixa dos 0,50 dentre eles Clevelândia com 0,56, Turvo e Campina do Simão com 0,57, Laranjeiras do Sul com 0,59.

Todos os demais municípios da mesorregião – mais de 80% – localizam-se na faixa dos 0,60, tanto que a média municipal de concentração de renda na mesorregião Centro-Sul é de 0,61, sendo que é, tal como no quesito linhas de pobreza, a pior colocada de todo o Estado.

**Figura 31: Índice de Gini na Mesorregião Centro-Sul do Paraná**



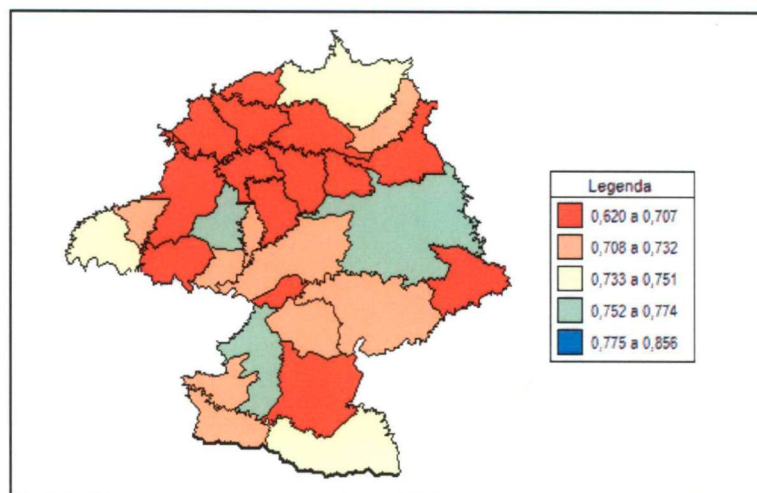
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas destaca-se, de um modo um tanto isolado, novamente o município de Guarapuava que apresenta um IDHM de 0,77, o maior índice de desenvolvimento humano da mesorregião, seguidos dos municípios de Laranjeiras e Mangueirinha, ambos com 0,75.

Já o município de Mato Rico destaca-se negativamente com um IDHM de 0,64 classificando-se com o terceiro pior do Estado. Outros municípios também ocupam lugares na lista dos piores dentre eles Laranjal, o quinto pior com 0,65 e Santa Maria d'Oeste, o oitavo pior com 0,66.

Novamente, tal como nos quesitos cobertos pela ótica de mensuração da pobreza através da renda, a média deste indicador na mesorregião Centro-Sul, 0,70, é a pior de todo o Estado, evidenciando ainda mais a situação crítica da região uma vez que pode-se identificar a forte de incidência de privação em dimensões diferenciadas.

**Figura 32: IDHM na Mesorregião do Centro-Sul do Paraná**



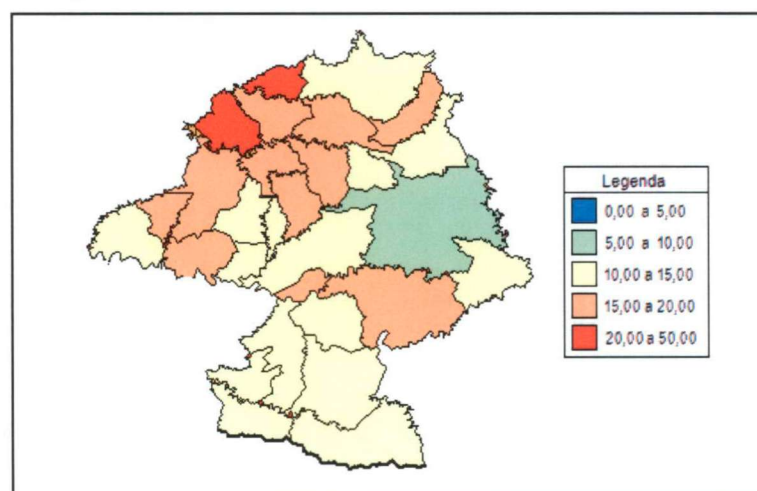
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em relação as variáveis cobertas pelo Índice de Pobreza Humana, tal como nos indicadores linhas de pobreza e IDHM, o município de Guarapuava destaca-se de maneira isolada por apresentar o menor IPHM da região Centro-Sul, 8,56, sendo o único da mesorregião abaixo da faixa dos 10,00.

Já como o pior da região destaca-se o município de Laranjal com um IPHM de 26,16, o quarto pior do Estado. Apesar deste extremo a mesorregião apresenta mais um município dentro da região dos 20,00: Mato Rico com 22,46.

Muito embora nesse quesito não ocupe muitos lugares na lista dos 10 piores tal como nos demais índices acima apresentados a média municipal da mesorregião, que é de 15,03 é a quarta pior de todo o Paraná.

**Figura 33: IPHM na Mesorregião Centro-Sul do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

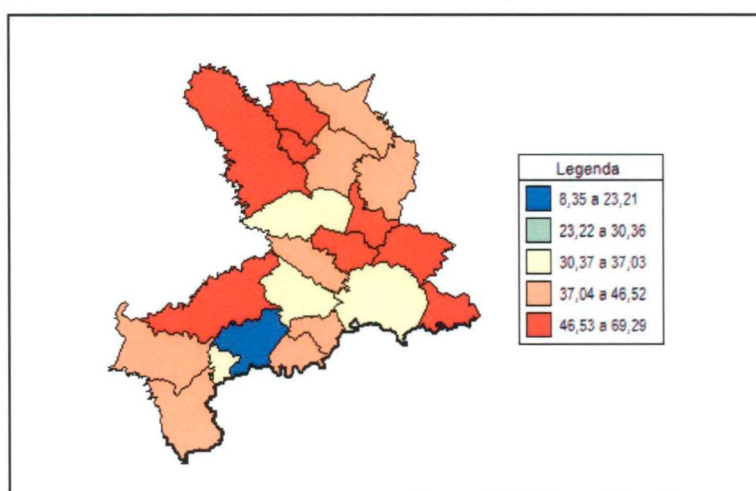


### 3.1.9. Mesorregião Sudeste

Segundo IPARDES (2004) a mesorregião Sudeste do Paraná é formada por 21 municípios e possui uma área de aproximadamente 16.944,1 km<sup>2</sup> que correspondem a aproximadamente 8,51% do território Estadual. Possui uma população formada por aproximadamente 377.274 habitantes sendo que 175.190 estão localizados em regiões rurais e 202.084 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 22,26 habitantes por km<sup>2</sup>. Possui em seus limites quatro microrregiões: microrregião de Prudentópolis, microrregião de Irati, microrregião de União da Vitória e a microrregião de São Mateus do Sul.

No que diz respeito aos indicadores relacionados à mensuração da pobreza através da renda destaca-se positivamente na mesorregião Sudeste o município de União da Vitória com 22,12% da população abaixo da linha de pobreza. Já o município de Guamiranga destaca-se como o pior da mesorregião com mais da metade de sua população, 57,04%, em situação de pobreza. Outros municípios do Sudeste também merecem destaque uma vez que apresentam mais da metade de sua população vivendo em condições de pobreza de renda. São eles Cruz Machado com 50,35%, Fernandes Pinheiro com 50,78%, Antonio Olinto com 54,95% e São João do Triunfo com 56,43%. A média apresentada na mesorregião Sudeste por este indicador é de 42,59%, caracterizando-a como a segunda pior mesorregião do Paraná em termos de incidência de pobreza segundo a ótica da renda. Dos 21 municípios que compõe a mesorregião, 16 estão acima da média municipal do Estado que é de 34,98%, sendo que o Sudeste só fica a frente da mesorregião Centro-Sul, a pior colocada do Estado.

**Figura 34: Linhas de Pobreza na Mesorregião Sudeste do Paraná**

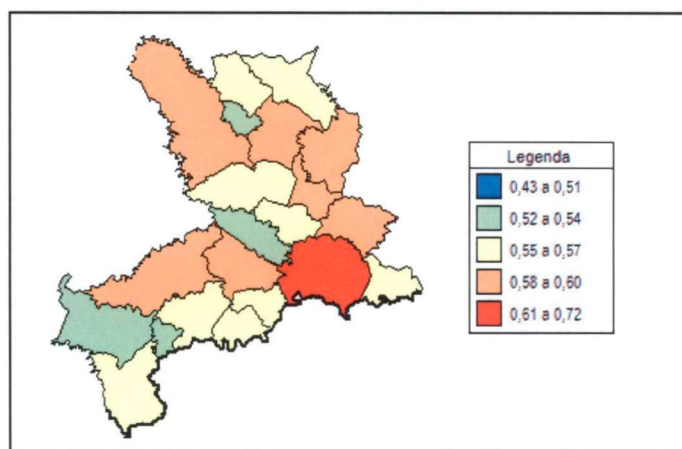


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica da renda, em termos de concentração de renda

encontramos o município de São Mateus do Sul como o município onde a renda é mais concentrada apresentando um Índice de Gini de 0,64. Outro município onde o índice descola da média Estadual é Fernandes Pinheiro apresentando um Índice de Gini de 0,60. Já a localidades que se destacam por apresentar um menor nível de concentração de renda foram os municípios de Guamiranga, Rio Azul e Bituruna, os três com um Índice de Gini correspondente a 0,53. A média de concentração de renda na mesorregião Sudeste medida pelo Índice de Gini é de 0,56, muito próxima a média municipal do Estado

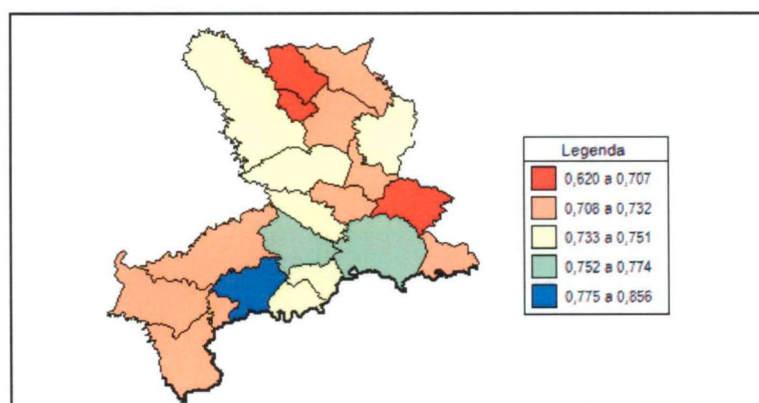
**Figura 35: Índice de Gini na Mesorregião Sudeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, no horizonte do desenvolvimento humano destaca-se o município de União da Vitória que apresenta um IDH de 0,79, o maior da mesorregião Sudeste. Por sua vez, o município de São João do Triunfo destaca-se negativamente com um IDHM 0,67, o menor da mesorregião. São João do Triunfo encontra-se isolado nesta posição pois é o único com IDHM abaixo de 0,70. De fato a média da mesorregião Sudeste apresentada por este indicador é de 0,72.

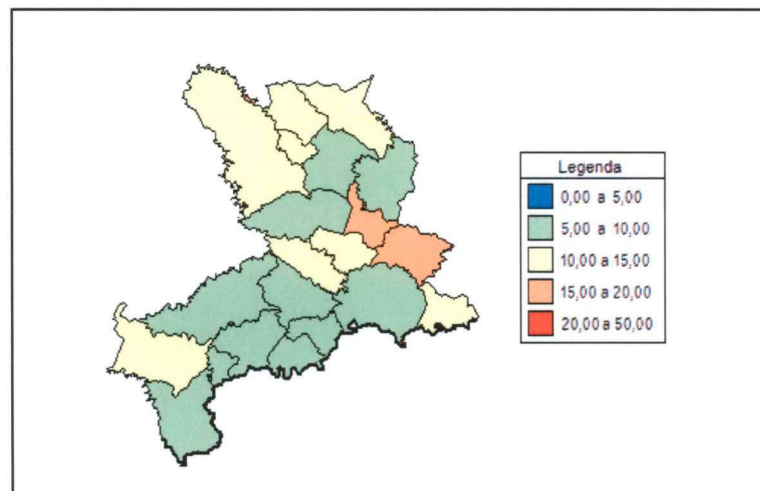
**Figura 36: IDHM na Mesorregião do Sudeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em termos de mensuração segundo o índice de pobreza humana, destaca-se novamente o município de União da Vitória com um IPHM de 6,26, o menor da mesorregião Sudeste, não deixando dúvidas a respeito do destaque do município na região. Como o pior da mesorregião encontra-se novamente o município de São João do Triunfo com um IPHM de 16,71. Tal como no IDHM, ambos os municípios sustentam posições nos extremos do ranking da mesorregião de maneira distante dos indicadores dos demais de municípios. Uma característica interessante que pode ser encontrada na mesorregião Sudeste em termos da mensuração da pobreza segundo a ótica das necessidades básicas é o fato de que, apesar de apresentar a segunda pior colocação do Estado em termos de pobreza segundo a ótica de renda através das linhas de pobreza, o Sudeste Paranaense apresenta a segunda melhor média municipal de IPHM de todo o Estado, 11,05, atrás apenas da mesorregião Metropolitana de Curitiba.

**Figura 37: IPHM na Mesorregião Sudeste do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.1.10. Mesorregião Metropolitana de Curitiba

Segundo dados do IPARDES (2004) a mesorregião Metropolitana de Curitiba é formada por 37 municípios e possui uma área de aproximadamente 22.816,1 km<sup>2</sup>, correspondentes a cerca de 11,5% da área total do estado. Possui uma população formada por aproximadamente 3.053.313 habitantes sendo que 288.392 estão localizados em regiões rurais e 2.7649.21 em regiões urbanas, caracterizando uma densidade demográfica de 133,82 habitantes por km<sup>2</sup>, com larga folga a maior do estado. Agrega em seus limites cinco microrregiões: microrregião de Cerro Azul,

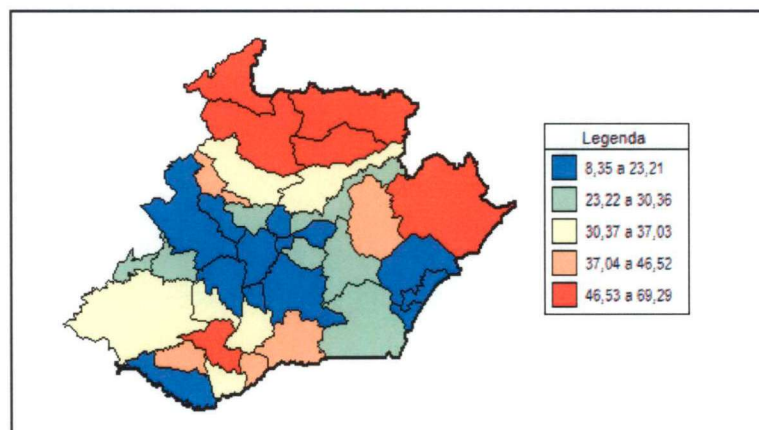


microrregião de Lapa, microrregião de Curitiba, microrregião de Paranaguá e a microrregião Metropolitana de Curitiba.

Segundo o IPEADATA (2008) o produto interno bruto da mesorregião corresponde a R\$35.863.432.279,70, sendo que deste montante total R\$417.073.526,20 são correspondentes a agropecuária, R\$19.725.292.740,24 são referentes a serviços e R\$9.870.262.176,37 são referentes a atividades industriais. Este montante configura a mesorregião como a responsável pela maior produção do Paraná sendo que é mais do que o dobro do PIB da segunda mesorregião do Estado em termos de produção, o Norte Central.

No que diz respeito aos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda destaca-se na mesorregião o município de Curitiba que apresenta apenas 9,06% da população abaixo da linha de pobreza de R\$75,00, a segunda menor do estado. Já o município de Doutor Ulysses se sobressai como o pior da mesorregião com 68,62% da população vivendo em condições de privação de renda, bem como os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Tunas do Paraná e Guaraqueçaba que apresentam mais da metade de sua população vivendo em condições de pobreza segundo os critérios de renda (55,48%, 60,64%, 52,21%, 60,93% respectivamente). A média registrada na região em termos de porcentagem da população vivendo em condições de renda abaixo da linha de pobreza é de 32,17%.

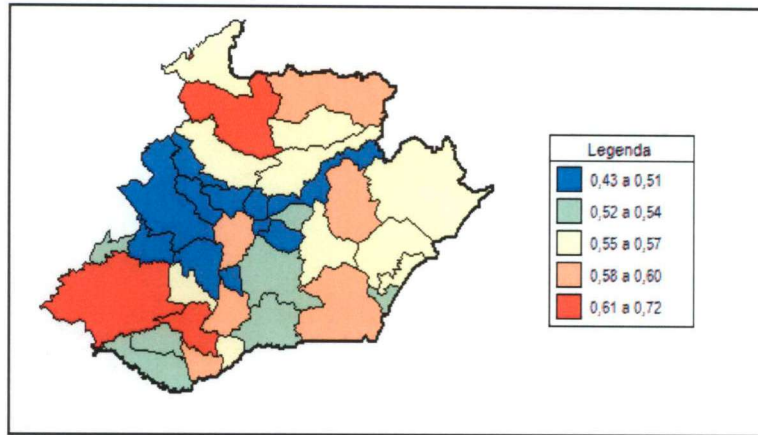
**Figura 38: Linhas de Pobreza na Mesorregião Metropolitana de Curitiba do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Ainda no âmbito da ótica de mensuração da pobreza segundo a ótica da renda podemos destacar o município de Fazenda Rio Grande que apresentou a menor concentração de renda da região com um Índice de Gini de 0,45. O município da Lapa por sua vez apresentou o pior Índice de Gini da região, que foi de 0,64, um tanto acima da média apresentada pela mesorregião Metropolitana de Curitiba que foi de 0,54.

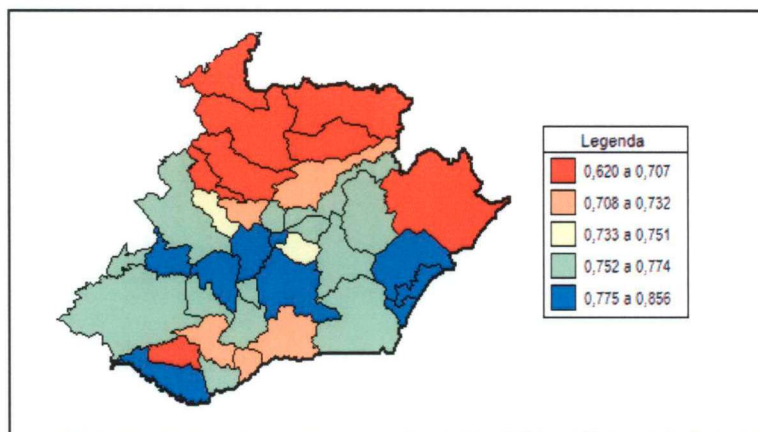
**Figura 39: Índice de Gini na Mesorregião Metropolitana de Curitiba do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Em termos de mensuração da incidência de pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, no horizonte do desenvolvimento humano destaca-se o município de Curitiba que apresenta um IDHM de 0,85, o maior do estado do Paraná e dos maiores do país. O município de Doutor Ulysses novamente se sobressai negativamente apresentando o menor índice de desenvolvimento humano municipal da mesorregião Metropolitana de Curitiba: 0,62. Fica evidenciada a característica contrastante da mesorregião em termos de desenvolvimento humano, pois muito embora apresente em seus limites o município com mais alto IDHM do Estado, Curitiba, também possui o segundo pior, Doutor Ulysses. A média apresentada pela mesorregião em termos de IDH-M é de 0,74.

**Figura 40: IDHM na Mesorregião Metropolitana de Curitiba do Paraná**



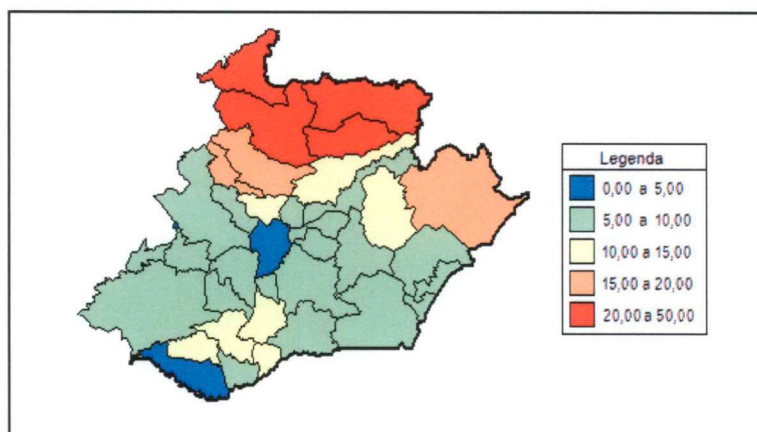
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

Também no que se refere ao Índice de Pobreza Humana Municipal a região apresenta características contrastantes. Novamente o município de Curitiba se sobressai uma vez que apresenta o menor IPHM da mesorregião, 3,71, e se classifica como o segundo melhor município do Paraná, atrás apenas do município de Entre Rios do Oeste da mesorregião Oeste. Outro município que merece



destaque na região em termos de IPHM é Pinhas com o oitavo melhor IPHM do Estado, 5,02. Por sua vez o município de Tunas do Paraná se enquadra como o pior da mesorregião apresentando um IPHM de 30,69 e se classifica como o pior do Paraná, bem como os municípios de Adrianópolis Cerro Azul e Douro Ulysses que apresentaram um IPHM (22,51, 21,23 e 21,96 respectivamente) em um nível um tanto distante da média municipal do Estado que é de 13,71. A média do IPHM apresentado nos municípios da mesorregião Metropolitana de Curitiba é de 10,72.

**Figura 41: IPHM na Mesorregião Metropolitana de Curitiba do Paraná**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD(2003)

### 3.2 BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo foram expostos os dados referentes aos indicadores pertencentes a óticas de mensuração da pobreza segundo a renda e das necessidades básicas, em nível mesorregional, de modo complementar, a fim de permitir a compreensão dos níveis de privação incidentes nas diferentes mesorregiões e municípios do Paraná. Cabe ressaltar duas características relevantes que puderam ser identificadas que na exposição apresentada. Em primeiro lugar, existe uma assimetria na distribuição da pobreza entre diferentes áreas coexistentes seja dentro do Estado, ou seja dentro dos limites de uma mesma mesorregião. Ao confrontar-se os resultados dos indicadores das mesorregiões, bem como dos municípios de uma mesma mesorregião, apesar de uma certa uniformidade em incidente algumas localidades, de um modo geral identifica-se um nível de assimetria acentuado. Ou seja, a Pobreza não é distribuída de maneira uniforme no Paraná, sendo mais ou menos intensa dependendo das áreas estudadas. Outro fato que ficou evidenciado foi a noção que não necessariamente os resultados em termos dos indicadores de pobreza segundo a ótica da renda convergem com os resultados segundo os da ótica das necessidades básicas.

O capítulo seguinte, está reservado para, aprofundar o entendimento destas considerações, uma vez que, após realizar uma análise estatística, efetará um estudo da correlação existente entre os resultados dos indicadores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE OS INDICADORES DE POBREZA NO PARANÁ

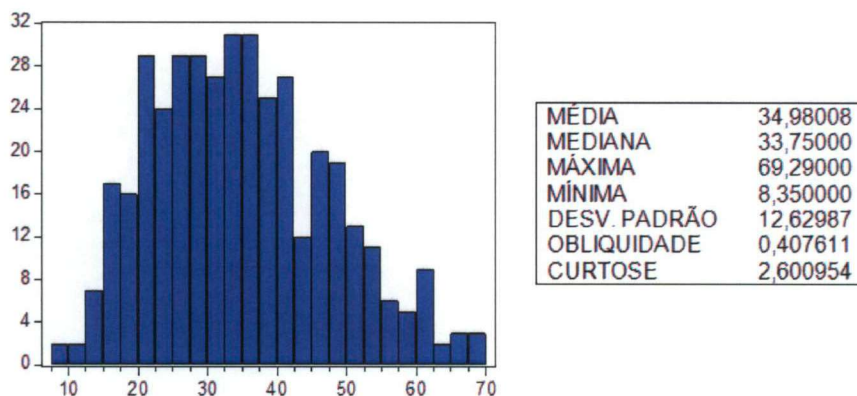
Na última seção foi elaborado um panorama geral da situação das mesorregiões do Paraná em termos dos indicadores Linhas de Pobreza, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Pobreza Humana Municipal, no sentido de permitir a compreensão a respeito da intensidade de privação incidente em cada uma das mesorregiões.

Esta seção se encarregará de explicitar os resultados, em um nível Estadual, dos indicadores por meio de instrumental estatístico, bem como identificará as convergências e divergências entre os diferentes indicadores, com o intuito de prover mais consistência a compreensão do quadro atual da Pobreza no Paraná

##### 4.1. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE AS LINHAS DE POBREZA NO PARANÁ

Segue um quadro explicativo a respeito das características estatísticas da distribuição das Linhas de Pobreza no Paraná baseado em uma amostragem contendo os 399 municípios do Estado.

**Figura 42: Estatísticas das Linhas de Pobreza no Paraná**



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

Pode-se observar que a média Estadual em termos de Linhas de Pobreza é acentuada sendo de 34,98 o que representa mais de um terço da população vive em condições de privação de renda. A mediana não difere muito da média, porém os valores máximos e mínimos encontrados no Paraná são muito contrastantes. O valor máximo em termos de Linhas de Pobreza, que é de 69,29, chega a ser mais que o dobro da média e mais de oito vezes o valor mínimo encontrado no Estado que é de 8,35.

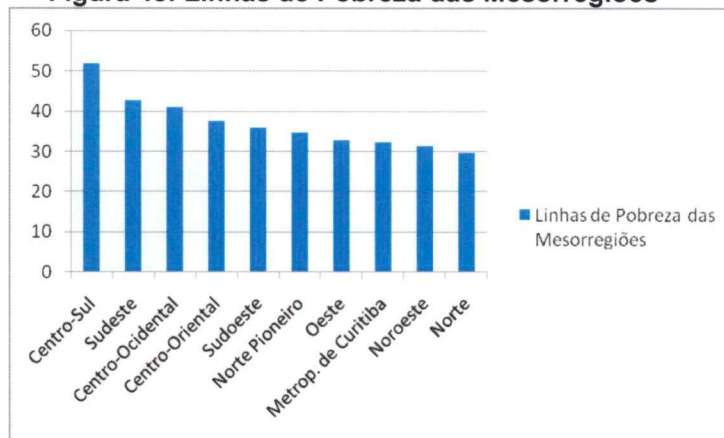
O desvio padrão dos dados é relativamente alto, 12,62, sendo que isto aponta para uma grande desigualdade entre os níveis de privação de renda encontrados



nos diferentes municípios do Estado. Esta consideração fica ainda mais preocupante uma vez que o grau de obliquidade<sup>5</sup> dos dados, que é de 0,40, aponta que a assimetria dos dados pesa para direita. Ou seja, de modo geral encontraremos mais municípios com níveis de Linhas de Pobreza acima da média Estadual, o que é negativo.

Por fim, dado que a curtose<sup>6</sup> dos municípios, é menor que três, a distribuição é platicúrtica, ou seja menos afunilada, o que aponta uma probabilidade menor de encontramos a maioria do municípios muito próximos a média do Paraná, o que ressalta o que foi concluído acima, que é a constatação da incidência de diferenças consideráveis entre os níveis de privação de renda no Estado. Esta consideração também pode ser observada no gráfico abaixo, que expressa as médias do indicador Linhas de Pobreza nas mesorregiões.

**Figura 43: Linhas de Pobreza das Mesorregiões**



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

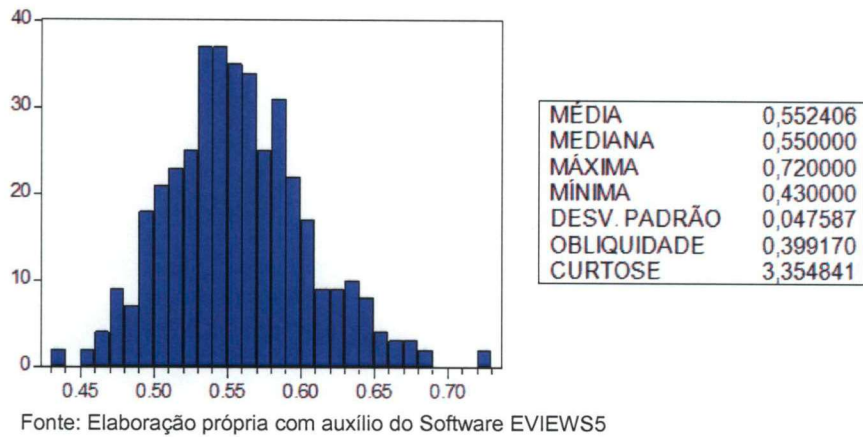
## 4.2. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O ÍNDICE DE GINI NO PARANÁ

Segue um quadro explicativo a respeito das características estatísticas da distribuição do Índice de Gini no Paraná, baseado em uma amostragem contendo os 399 municípios do Estado.

<sup>5</sup> A obliquidade mede a assimetria das caudas da distribuição. Distribuições assimétricas que tem uma cauda mais "pesada" que a outra apresentam obliquidade. Distribuições simétricas tem obliquidade zero. Assim, se obliquidade $>0$ , então a distribuição tem uma cauda direita (valores acima da média) mais pesada, se obliquidade $<0$ , então a distribuição tem uma cauda esquerda (valores abaixo da média) mais pesada e se obliquidade $=0$ , então a distribuição é aproximadamente simétrica (na terceira potência do desvio em relação à média).

<sup>6</sup> Se o valor da curtose da distribuição for $=3$  então esta tem o mesmo achatamento que a distribuição normal. Chama-se a estas funções de mesocúrticas. Se o valor é  $> 3$  então a distribuição em questão é mais alta (afunilada) e concentrada que a distribuição normal. Diz-se desta função probabilidade que é leptocúrtica, ou que a distribuição tem *caudas pesadas* (o significado é que é relativamente fácil obter valores que se afastam da média a vários múltiplos do desvio padrão) . Se o valor é  $< 3$  então a função de distribuição é mais "achatada" que a distribuição normal. Chama-se-lhe platicúrtica

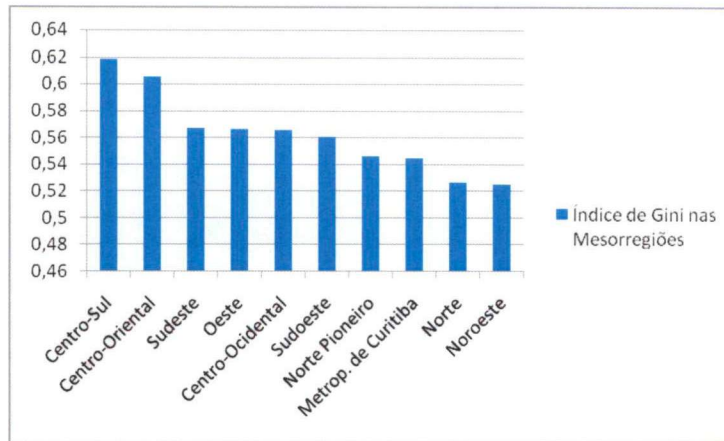
**Figura 44: Estatísticas do Índice de Gini no Paraná**



Pode-se observar que a média Estadual em termos de concentração de renda, mensurada através do Índice de Gini é de 0,55, o que representa um número razoável se comparado aos níveis nacionais, muito embora esteja ainda muito distante das médias incidentes em países avançados que se localizam na faixa dos 0,20 a 0,30. A mediana só difere da média em termos de milésimos o que é um indicador de uma distribuição possivelmente uniforme. Muito embora os valores máximos e mínimos encontrados no Paraná retratem realidades muito contrastantes entre si o valor máximo pode ser visto como um outlier na distribuição, sendo que em termos de Índice de Gini os dados observados são mesmo um tanto quanto uniformes, consideração reiterada por um desvio padrão de apenas 0,04.

Apesar da distribuição do Índice de Gini entre os municípios ser um tanto quanto uniforme, o grau de obliquidade aponta que os dados pesam mais para direita, o que significa que, de um modo geral, encontraremos mais municípios com um grau de concentração acima da média do Estado

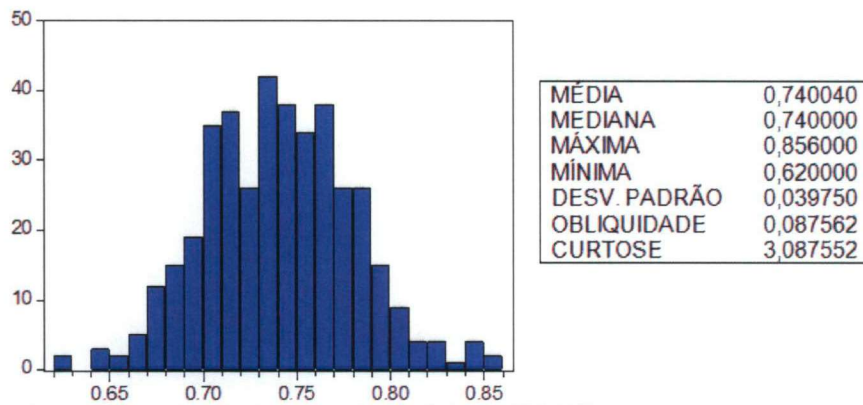
Por fim, dado que a curtose dos municípios, é maior que três, a distribuição é leptocúrtica o que reitera o que foi concluído acima. Tal valor de curtose aponta uma probabilidade maior de encontrarmos municípios com um Índice de Gini próximo a média do Estado. De fato, esta consideração também pode ser observada no gráfico abaixo, que expressa as médias do Índice de Gini nas mesorregiões. Apenas as mesorregiões Centro-Sul e Centro-Oriental se diferem significativamente sendo que as demais são razoavelmente semelhantes.

**Figura 45: Índice de Gini nas Mesorregiões**

Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

### 4.3. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O IDHM NO PARANÁ

Segue um quadro explicativo a respeito das características estatísticas da distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Paraná, baseado em uma amostragem contendo os 399 municípios do Estado.

**Figura 46: Estatísticas do IDHM no Paraná**

Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

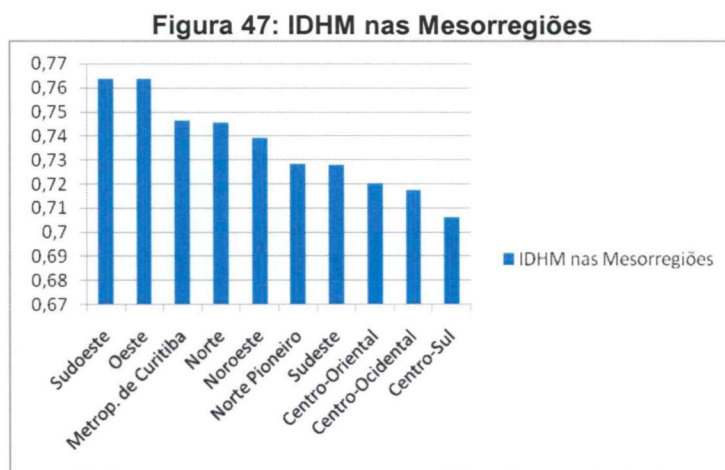
Pode-se observar que a média Estadual em termos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é relativamente elevada se comparada aos níveis nacionais muito embora ainda esteja um tanto distante das médias superiores a 0,80 incidentes nos município considerados como de IDHM alto. A mediana é igual a média fato que é indicador de uma distribuição relativamente uniforme. Muito embora a diferença entre a máximas e mínima, 0,85 e 0,62 respectivamente, represente um fortes contraste de um modo geral, levando em conta todos o universo de 399 municípios do Estado a distribuição do IDHM pode ser vista como relativamente uniforme, tal como reitarado por um desvio padrão de apenas 0,03, o que é positivo.

Outra consideração positiva é o fato do grau de obliquidade, mesmo que



moderado, ser positivo, o que significa que de um modo geral encontraremos municípios com um IDHM acima da média Estadual.

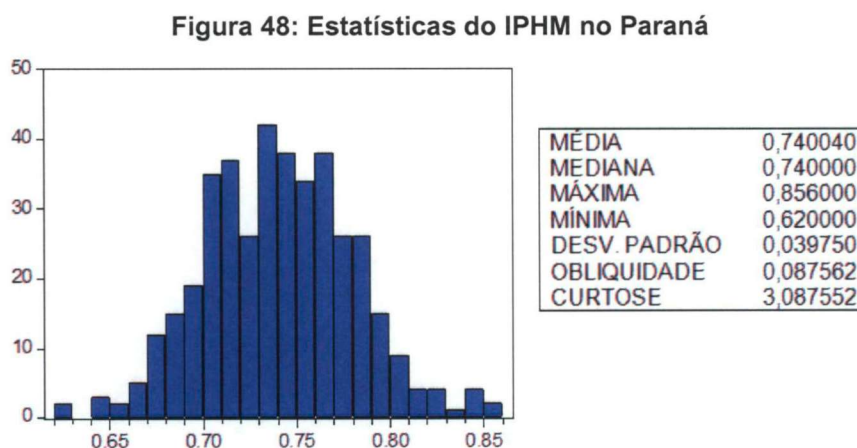
A curtose do dados, uma vez que é superior a três, aponta que é maior a probabilidade de encontrarmos municípios próximos a média do Estado o que reitera a consideração de que a distribuição do IDHM entre municípios é razoavelmente simétrica, muito embora existam casos extremos. De fato isso também pode ser observado no quadro abaixo que expressa as médias do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nas mesorregiões, onde todas encontram-se na faixa dos 0,70.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

#### 4.4. CONSIDERAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O IPHM NO PARANÁ

Segue um quadro explicativo a respeito das características estatísticas da distribuição do Índice de Pobreza Humana Municipal no Paraná, baseado em uma amostragem contendo os 399 municípios do Estado.



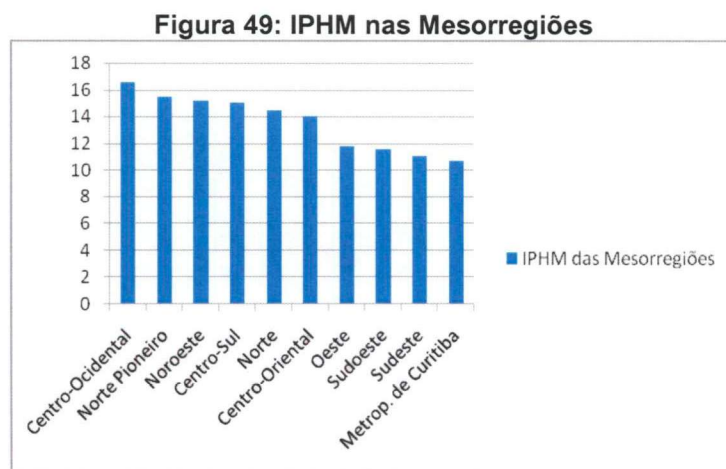
Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

Pode-se observar que a média Estadual em termos de Índice de Pobreza Humana Municipal, que é de 13,71, é relativamente baixa se comparada aos níveis predominantes em termos nacionais, Muito embora a mediana seja muito próxima a

média, o que é um indicador de uma distribuição possivelmente uniforme, isso não é o que se observa. Os valores máximos e mínimos encontrados no Paraná retratam as realidades muito contrastantes incidentes no Estado em termo deste indicador. O valor mínimo do IPHM no Paraná, 3,28, é cerca de quatro vezes menor que a média do Estado e o valor máximo, 30,69, é cerca de quase dez vez maior que o mínimo, o que definitivamente não é positivo apontando uma acentuada assimetria entre os municípios.

O desvio padrão relativamente elevado, que é de 4,68, também aponta para uma distribuição não uniforme entre os municípios e o fato de que o coeficiente de obliquidade ser positivo piora o cenário, uma vez que isso quer dizer que, de um modo geral, encontraremos mais municípios com o IPHM acima da média do Estado.

O fato da curtose ser menor do que três implica em uma distribuição platicúrtica o que significa que a probabilidade de encontrarmos municípios com IPHM próximos a média do Estado é menor, o que reitera o cenário de assimetria entre municípios em termos de IPHM como apontando acima. O quadro a seguir consolida esta consideração.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

#### 4.5. NÍVEIS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS INDICADORES

Em teoria da probabilidade e estatística, a correlação, também chamada de coeficiente de correlação, indica a força e a direção do relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias. Em outros termos, correlação se refere a medida da relação entre duas variáveis, embora esta relação não implique causalidade.

Neste sentido, aplicou-se o conceito de correlação entre os indicadores utilizados na construção do atual quadro da pobreza no Paraná a fim de se mensurar o nível de convergência e divergência entre eles. Segue abaixo a tabela

de correlação entre os indicadores referentes aos 399 municípios do Estado.

**Tabela 2: Matriz de Correlação entre Indicadores**

<b>Correlações</b>	<b>L. de Pobreza</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>IDHM</b>	<b>IPHM</b>
<b>L. de Pobreza</b>	1.000000	0.461778	-0.834287	0.730503
<b>Índice de Gini</b>	0.461778	1.000000	-0.169565	0.117722
<b>IDHM</b>	-0.834287	-0.169565	1.000000	-0.841539
<b>IPHM</b>	0.730503	0.117722	-0.841539	1.000000

Fonte: Elaboração própria com auxílio do Software EVIEWS5

Os resultados acima demonstram o nível de correlação existente entre os indicadores utilizados na construção do perfil da pobreza no Paraná. Compreender a correlação entre eles não implica inferir causalidade entre resultados, porém pode-se observar o grau da intensidade da relação entre os resultados, sendo possível assim a identificação de divergências e convergências entre as abordagens.

Pode-se observar que a correlação existente entre as Linhas de Pobreza e o Índice de Gini é positiva, 0,46, o que sugere que no Paraná, a incidência de municípios com altos níveis de privação de renda em conjunto com altos níveis de concentração de renda gira em torno de quase 50%, apontando uma leve convergência entre os resultados.

Por sua vez, em termos da correlação existente entre os resultados referentes as Linhas de Pobreza e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, esta apresenta um valor negativo de -0.83. Em termos de Linhas de Pobreza quanto maiores forem os valores piores serão as condições em termos de privação de renda, enquanto no que se refere a o IDHM, quanto maiores forem os valores, melhores serão as condições em relação as variáveis cobertas pelo índice. Portanto, este resultado sugere que existe uma convergência significativa entre os resultados das Linhas de Pobreza e os resultados do IDHM. Isto sugere que, de modo geral, no Paraná, os municípios com um melhor IDHM tendem também a apresentar menores parcelas de sua população em condições de privação em um ordem de mais de 80%.

Pode-se argumentar que o IDHM engloba um componente de renda o que explicaria o alto nível de correlação entre os indicadores. Porém, a variável renda tem apenas um terço de peso no IDHM o que sugere que o nível de correlação é realmente significativo.

Em termos da relação do resultados das Linhas de Pobreza e os do Índice de Pobreza Humana Municipal, embora este último não englobe variáveis referentes a renda os dois apresentaram uma correlação de 0,73. Ou seja, os municípios do Paraná com elevados IPHM demonstram elevados resultados em termos de Linhas

de Pobreza numa ordem de mais de 70%. Este fato é relevante uma vez que demonstra que, apesar dos resultados entre os indicadores convergirem significativamente, em quase um terço dos casos os resultados divergem, o que significa que ao adotar-se um abordagem do trato de pobreza unicamente sob a ótica da renda, o que é mais corriqueiro, pode-se estar renegando a incidência da pobreza vista através da ótica das necessidades básicas, implicando em um grave erro de compreensão em relação ao nível de privação de uma determinada localidade dentro do Estado.

Outra correlação que sustenta esta consideração é a observada entre o IDHM e o IPHM, que é de -0.84. Ou seja, esta correlação aponta que encontraremos dentre os municípios de Estado, numa ordem de quase 85%, maiores resultados de IDHM em conjunto com menores níveis de IPHM. Porém, em cerca de 15% dos municípios esta relação não ocorre, o que reitera o que foi concluído acima: diferentes visões sobre a pobreza não necessariamente convergem totalmente entre si, fazendo-se necessária a complementariedade no uso dos indicadores.

Em termos do Índice de Gini e o IDHM encontrou-se uma correlação de -0,16 o que sugere que encontraremos no Paraná, municípios com elevados índices de Gini e menores IDHM numa ordem de quase 20%, o que indica uma leve convergência entre os Indicadores.

Por fim, em termos do Índice de Gini e o IPHM a correlação é de 0,11. Ou seja, apesar da convergência entre elevados Índices de Gini e elevados IPHM existir no Paraná, ela ocorre apenas em cerca de 10% dos municípios.

#### 4.6.BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo aprofundou-se ainda mais a compreensão a respeito da dimensão da incidência da privação incidente no Paraná como um todo, e em seus municípios e mesorregiões. A utilização das ferramentas estatísticas corroboraram algumas das conclusões auferidas no capítulo anterior no que diz respeito assimetria consideráveis de resultados dos indicadores entre diferentes mesorregiões e municípios.

Por fim, a análise da correlação dos resultados deu ainda mais consistência a construção do perfil da pobreza no Paraná sendo que apontou o grau da intensidade de convergência e divergências entre os resultados obtidos pelas diferentes variáveis utilizadas para compreensão da privação incidente no Paraná. Os resultados obtidos neste capítulo reforçam ainda mais a noção de que uma



abordagem plural na construção do perfil da pobreza de uma determinada região se faz necessária, sob pena de se obter uma visão parcial a respeito da intensidade de privação, em suas diferentes dimensões (renda, necessidades básicas etc.), sob a qual a sua população esta sujeita. Ou seja, que deve-se prezar pela adoção conjunta de diferentes métodos de mensuração, visando a complementariedade entre seus resultados a fim de permitir a construção de perfis de pobreza das regiões mais precisos.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como intuito construir um quadro da pobreza no Paraná, de modo a descrever a localização e intensidade desse fenômeno nas diferentes regiões do Estado através do uso múltiplas abordagens metodológicas, bem como através do confronto dos resultados dos indicadores a elas pertencentes.

Para tanto, no Capítulo 2, primeiramente voltou-se a tarefa de conceituar a Pobreza, demonstrando como esta é um fenômeno complexo, que possui uma conceituação ampla, e, conseqüentemente, uma ampla variedade de modos de mensuração de sua incidência.

Em sequência, foram apresentadas as características das duas principais visões atuais a respeito da Pobreza, que de certo modo são complementares: a da renda e a das necessidades básicas. Neste sentido o texto prosseguiu, no Capítulo 3, apontando as características da pobreza no Paraná segundo estas óticas.

Demonstrou-se que, no que diz respeito a abordagem da pobreza através da ótica da renda, em termos de linhas de pobreza, destacam-se positivamente as mesorregiões Norte, Noroeste e a Metropolitana de Curitiba, apresentando as melhores médias municipais de, 29,72%, 31,33% e 32,17% respectivamente. Já as piores mesorregiões do Estado em termos deste indicador são a Centro-Sul com 51,75%, a Sudeste com 42,59% e a Centro-Occidental com 41,08%, sendo que a média municipal das Linhas de Pobreza no Paraná é de 34,98%.

Ainda no que diz respeito a abordagem da pobreza através da ótica de renda, em termos de nível de concentração de renda, destacam-se positivamente novamente as mesorregiões Noreste, Norte e Metropolitana de Curitiba com médias municipais de Índice de Gini de 0,52, 0,52 e 0,54 respectivamente. Destacam-se negativamente as mesorregiões Centro-Sul, Centro-Oriental, e Sudeste com médias municipais de Índice de Gini de 0,61, 0,60 e 0,56 respectivamente, sendo que a média municipal Estadual para este indicador é de 0,55.

No que diz respeito a abordagem da pobreza sob a ótica das necessidades básicas, em termos de IDHM, destacam-se positivamente as mesorregiões Sudoeste, Oeste e a Metropolitana de Curitiba, apresentando as melhores médias municipais de 0,76, 0,76 e 0,74 respectivamente. Já os destaques negativos vão para as mesorregiões de Centro-Sul, Centro-Occidental e Centro-Oriental com médias municipais de IDHM de 0,70, 0,71 e 0,72 respectivamente, sendo que a média municipal Estadual é de 0,74.

Ainda no que diz respeito a abordagem da pobreza segundo a ótica das necessidades básicas, em termos de IPHM, destacam-se positivamente as mesorregiões Metropolitana de Curitiba, a Sudeste e a Sudoeste com médias municipais de 10,72, 11,05 e 11,54 em termos deste indicador respectivamente. Os destaques negativos vão as mesorregiões Centro-Occidental, do Norte-Pioneiro e a Noroeste que apresentaram médias municipais de IPHM de 16,56, 15,44 e 15,20 respectivamente, sendo que a média municipal deste indicador para todo Estado é de 13,71.

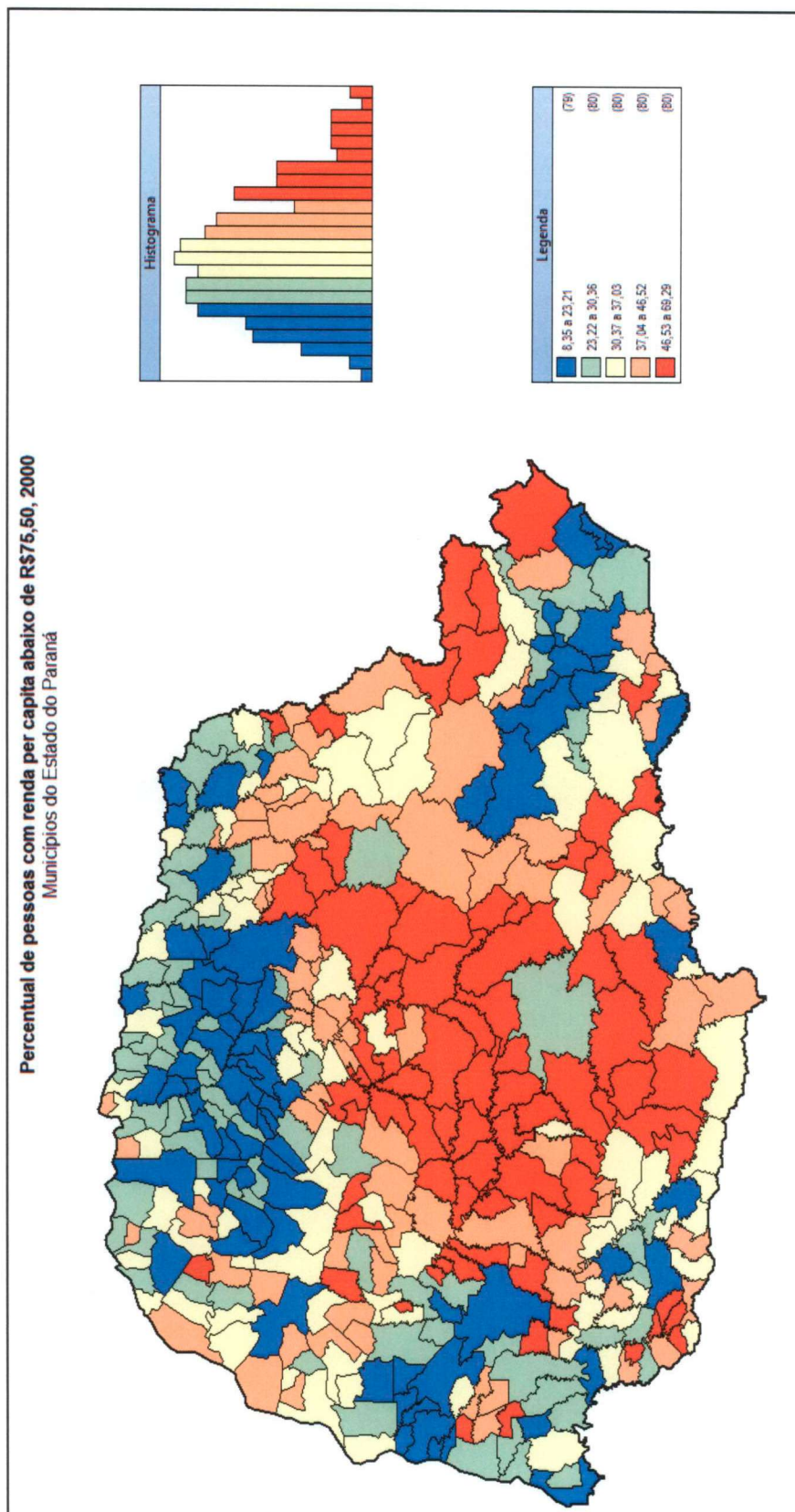
Após apontar as características particulares das mesorregiões, bem como dos municípios que as compõe, corroborou-se no Capítulo 4, por meio de análises estatísticas, uma das considerações levantadas no final do Capítulo 3, que apontava para a incidência de assimetrias consideráveis de resultados dos indicadores entre diferentes mesorregiões e municípios dentro do Paraná

Finalmente, ainda no Capítulo 4, por meio da análise da correlação dos resultados dos indicadores corroborou-se a consideração levantada no final do Capítulo 2, que apontava para possibilidade de divergências entre resultados pertencentes a diferentes óticas de mensuração. Este resultado deu ainda mais consistência a posição sustentada durante todo o texto, de que a construção do perfil de pobreza de uma determinada região deve ser plural. Ou seja, deve-se prezar pelo uso conjunto de diferentes óticas, visando a complementariedade entre seus resultados, a fim de se gerar considerações mais precisas a respeito do grau de privação incidente em uma determinada região.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

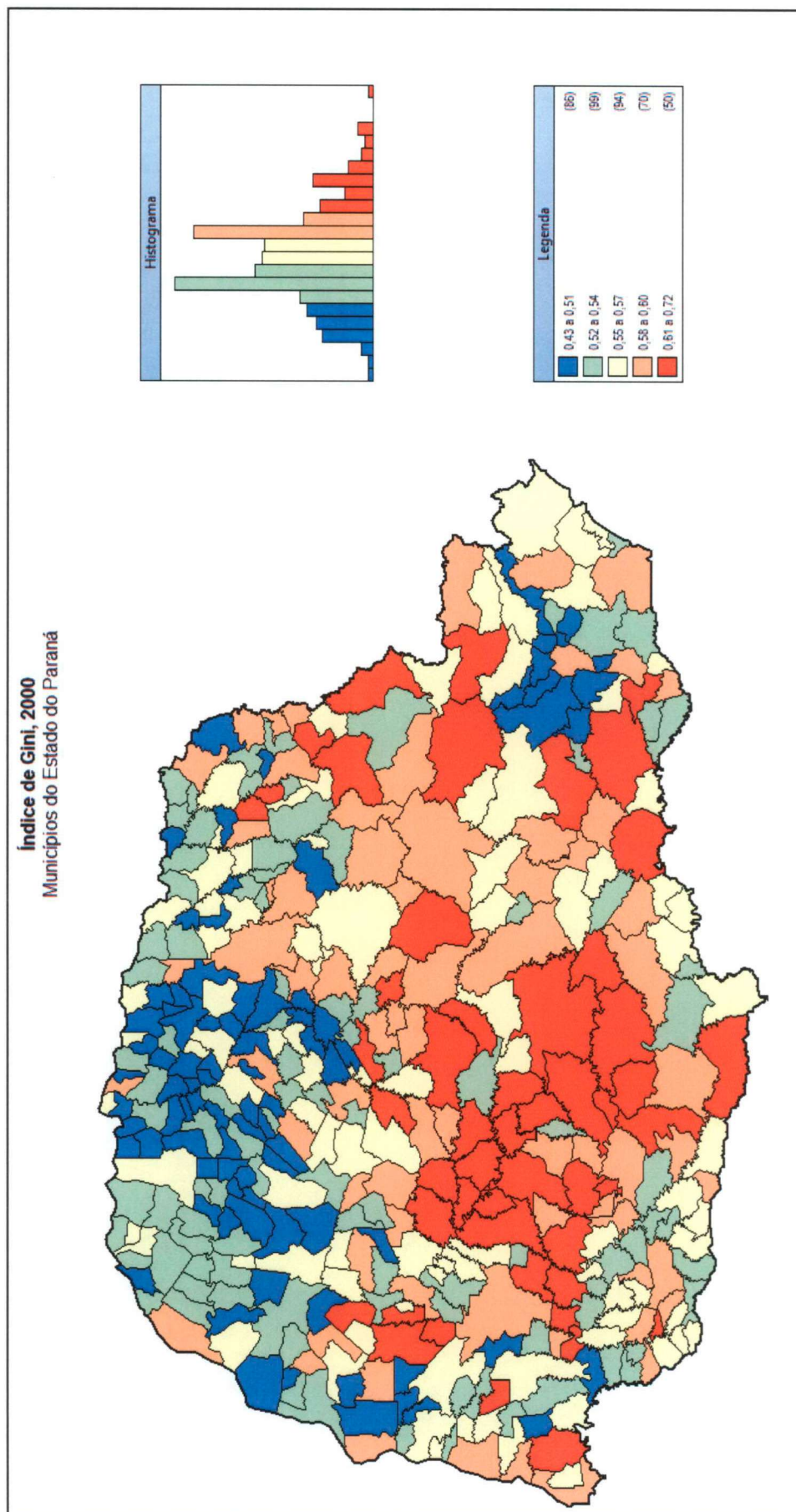
- IPEADATA, **Base Online de Dados do Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 12/09/2007
- IPARDES, **Famílias Pobres do Paraná**. Curitiba, Instituto Paranaense de Desenvolvimentos Econômico e Social, 2003. 55p.
- LOBO, Rodrigo, **A evolução da pobreza nas regiões metropolitanas (1990-2001): Um estudo prático sobre as suas formas de mensuração**. Curitiba 2005. 91p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná
- LOK-DESSALIEN, R. **Review of Poverty: Concepts and Indicators**. Poverty Elimination Program, UNDP. Oct. 1998
- ROCHA, Sônia, **Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a. 244p.
- ROCHA, Sônia, **Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil**. (2006b)  
Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/File/2006/imprensa/soniaalguns.pdf>>. Acesso em 25/08/2007
- ROLIM, Cássio. **Um índice de pobreza municipal para o Brasil**. Curitiba, 2005. 25p. Texto para discussão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná.
- ROLIM, Cássio et al. **Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006
- SALAMA, Pierre. **O Tamanho da Pobreza: Economia Política da Distribuição de Renda**. Ed Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 1999
- TOWNSEND, Peter. **The meaning of poverty**. In: The British Journal of Sociology, 13(3):210-27, Sept. 1962
- UNDP-IPC, **What is Poverty? Concepts and Measures**, Brasil, United Nations Development Programme - International Poverty Center, 2006. 24 p.
- UNDP-IPC, **Dollar a day. How much does it say?** Brasil, United Nations Development Programme - International Poverty Center, 2004. 16 p.
- UFPR, **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas, Curitiba, Ed. UFPR, 2007

## 7. ANEXOS



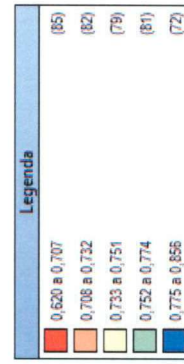
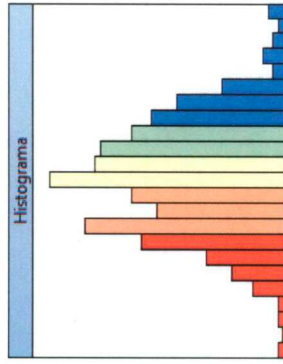
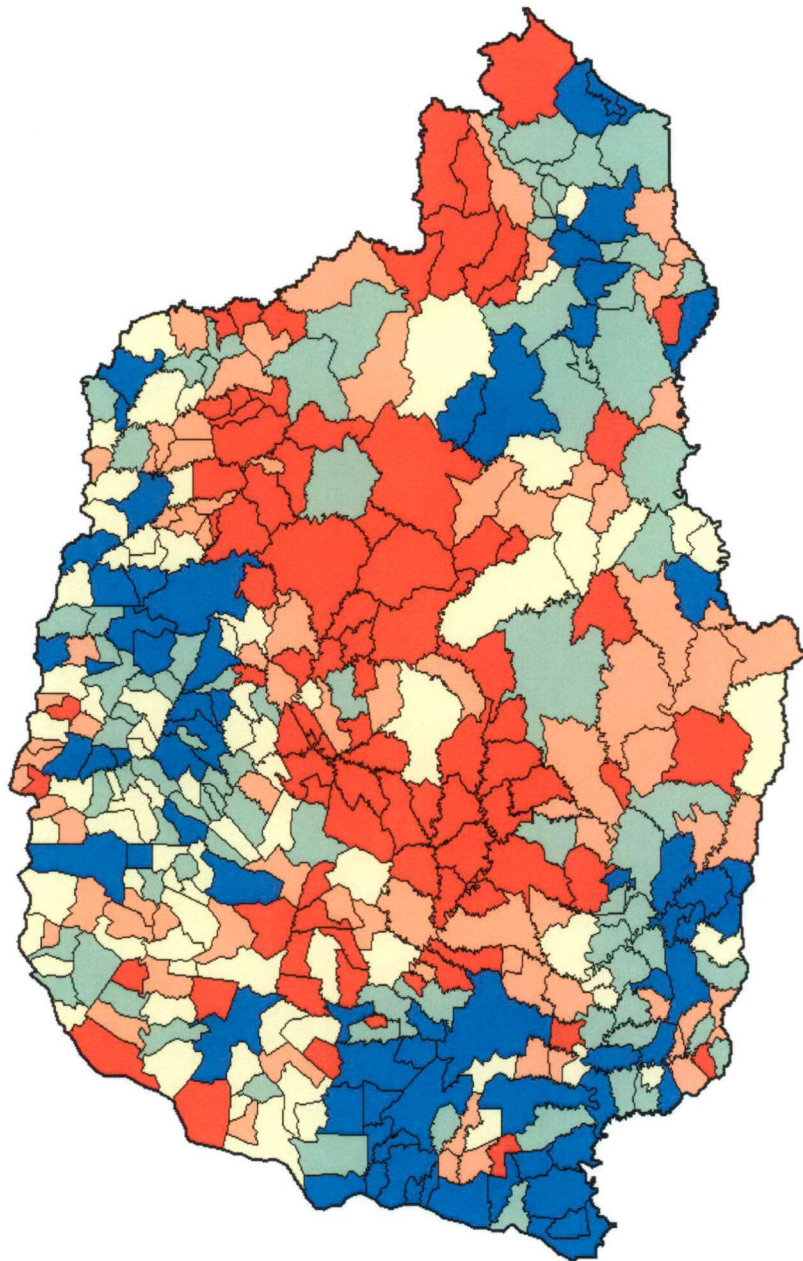
Fone: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD (2003)





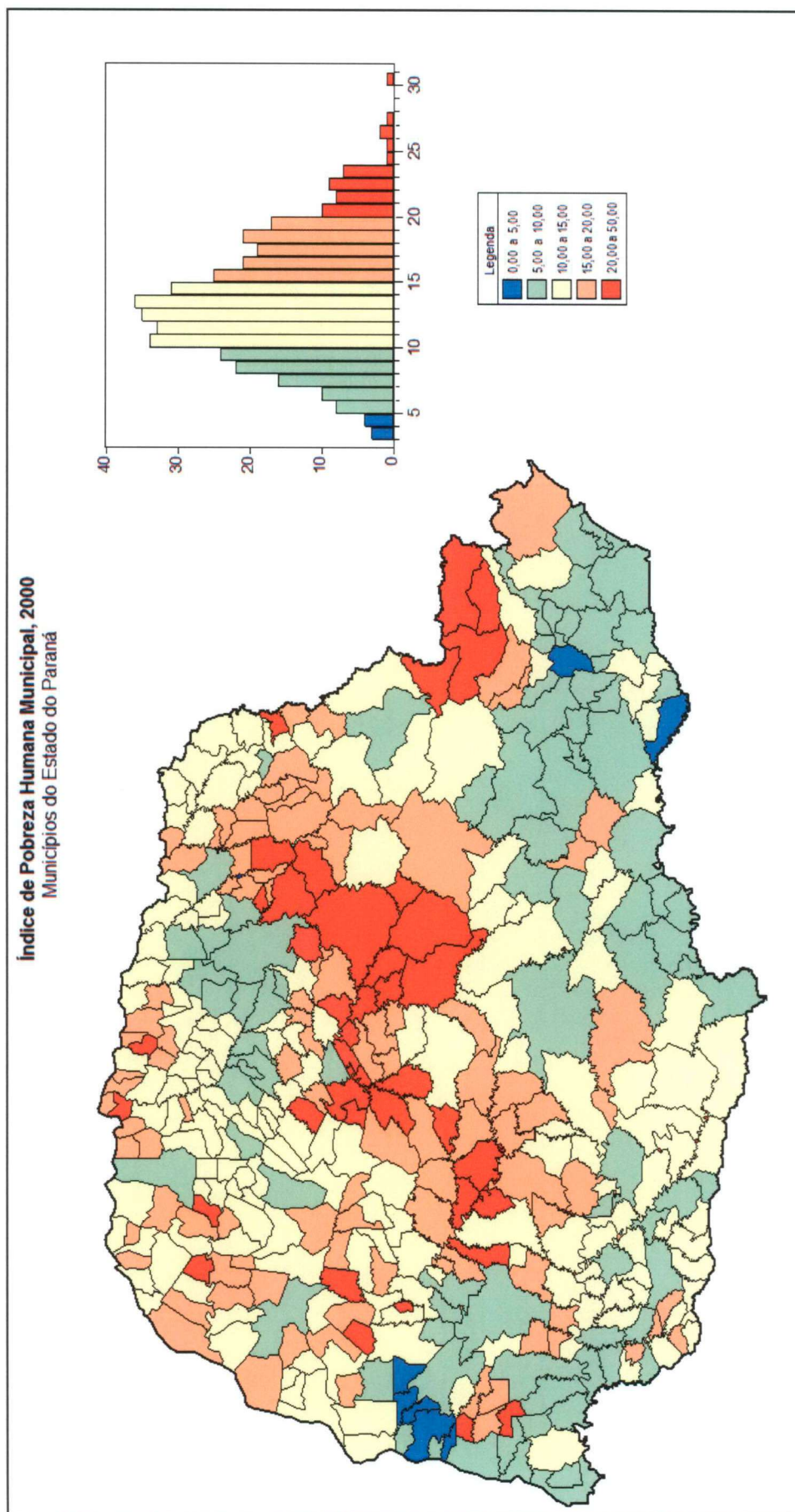
Fone: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD (2003)

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000**  
Municípios do Estado do Paraná



Fone: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD (2003)





Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD (2003)